



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 3

I Sessão Legislativa

Horta, Terça Feira, 17 de Novembro de 1992

Presidente: *Deputado Madruga da Costa*

Secretários: *Deputados Manuel Brasil (substituído durante a Sessão pelo Deputado José Ramos Aguiar) e Hélio Pombo*

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

No período de antes da ordem do dia, foi referida a correspondência, requerimentos e respostas a requerimentos entrados na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Foi igualmente presente, um Voto de Saudação, apresentado pelo Partido Socialista e apresentado pelo Sr. Deputado Rui Pedro Ávila. Este voto pretende saudar a população do Concelho de São Roque do Pico pela passagem dos 450 anos de fundação do concelho.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Gaspar da Rosa (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

O voto foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, teve lugar à verificação de poderes referente ao candidato não eleito pelo círculo eleitoral de S. Jorge, Sr. Manuel Gil Berquó Ávila,

que veio substituir temporariamente o Sr. Deputado Mark Silveira Marques.

Ainda neste período, transitou-se para a parte dedicada às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, em que intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Rui Melo (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), José Maria Bairos (*PSD*), Dionísio de Sousa (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*) e Manuel Brasil (*PSD*).

No período da ordem do dia, procedeu-se ao debate do Programa do V Governo Regional, cuja apresentação, nos termos do nº 1 do artigo 181º do Regimento, coube ao Sr. Presidente do Governo.

Finda a apresentação, passou-se ao período para pedidos de esclarecimento (nº 2 do artigo 181º), pelos os Srs. Deputados. Assim, usaram da palavra:

Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Serpa (*PS*), António Silveira (*PSD*), Rosa Machado (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Manuel Ávila (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), José Manuel Lima (*PSD*), Gaspar Rosa (*PSD*), Ana Carolina Silva (*PSD*), Fátima Oliveira (*PSD*), Manuela Soares (*PSD*) e José Maria Bairos (*PSD*).

Finalmente e para a prestação de esclarecimentos, usaram da palavra os Secretários Regionais das Finanças e Planeamento, *Gualter Furtado*; da Juventude e Recursos Humanos, *Gaspar da Silva*; da Educação e Cultura, *Aurélio da Fonseca*; da Saúde e Segurança Social, *António Menezes*; da Agricultura e Pescas, *Adolfo Lima*; da Habitação e Obras Públicas, *Natalino Viveiros*; bem como o Presidente do Governo, *Mota Amaral*.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradece que tomassem os vossos lugares pois vai proceder-se à chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:
PSD - *Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Homem de Gouveia, Jorge Valadão dos Santos, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Manuel Lima, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Manuela Soares, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo;* **PS** - *António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio de Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Luís Brito de Azevedo, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila;* **CDS** - *José Bruges;* **PCP** - *Paulo Valadão*).

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início à nossa Sessão pelo Período de Antes da Ordem do Dia, cujo primeiro ponto é a leitura da correspondência entrada na Mesa.

- Do Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, recebi dois ofícios, no sentido da Assembleia se pronunciar, relativamente às questões que relevam da aprovação dum Decreto Legislativo Regional relativo à "Extinção e Destino dos Bens das Casas do Povo". Sobre esta matéria foram preparadas respostas e enviadas ao Tribunal Constitucional.

Os Srs. Secretários farão o favor de anunciar o resto da correspondência.

Secretário (*Manuel Brasil*): Um ofício oriundo da Presidência do Conselho de Ministros, cujo assunto é o Decreto Legislativo Regional nº 24/92- "Regime Jurídico do Pessoal não Docente dos Estabelecimentos de Ensino não Superior". Segue para publicação no Diário na República.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Gabinete do Ministro da República, dirigido ao Sr. Secretário Geral da Presidência do Conselho de Ministros,

um ofício com conhecimento ao Chefe de Gabinete de Sua Ex^a o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com pedido para publicação no Diário da República, do Decreto Legislativo Regional nº 23/92 - "Classificação de um Conjunto Protegido numa Zona Delimitada de Vila do Porto".

Secretário (*Manuel Brasil*): Também do Gabinete do Sr. Ministro da República, deu entrada um ofício cujo assunto é o Decreto Legislativo Regional - "Alteração do Regime Jurídico da Caça" - aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 11/92/A, de 15 de Abril. Segue para publicação no Diário da República.

Secretário (*Hélio Pombo*): Ainda do Gabinete do Sr. Ministro da República, para publicação no Diário da República, o Decreto Legislativo Regional nº 21/92 - "Medidas de Apoio aos Indivíduos Portadores da Doença do Machado".

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República, para publicação, um ofício cujo assunto é o Decreto Legislativo Regional nº 18/82 - " Alteração ao Decreto Legislativo nº 17/89/A, de 20 de Setembro, que institui na RAA o Seguro Agrícola de Colheitas.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República, para publicação, um ofício sobre o Decreto Legislativo Regional Nº 17/92 - "Medidas de Segurança contra Incêndios"

Secretário (*Manuel Brasil*): Também do Gabinete do Sr. Ministro da República, um ofício cujo assunto é o Decreto Legislativo Regional Nº 16/92 - "Garante aos Pensionistas de Invalidez, o Acesso aos Transportes Públicos".

Secretário (*Hélio Pombo*): Novamente do Gabinete do Sr. Ministro da República, segue para publicação, um ofício sobre o Decreto Legislativo Regional Nº 15/92 - "Desconto de Energia às Associações de Bombeiros Voluntários da RAA".

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República, para publicação, um ofício cujo assunto é o Decreto Legislativo Regional N° 20/92 - "Adaptação à RAA do Decreto-Lei N° 246/90, de 27 de Julho".

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Gabinete do Sr. Ministro da República um ofício acusando o envio para publicação no Diário da República, do Decreto Legislativo Regional N° 14/92 - "Audição da Associação de Municípios da RAA".

Secretário (*Manuel Brasil*): Da Câmara Municipal da Lagoa, deu entrada uma carta dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia, visando a aplicação da Hora Legal de Inverno, em que esta Câmara considera que a alteração da hora é prejudicial para a Região e seus residentes.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Assembleia Municipal da Praia da Vitória comunicando um voto de protesto, apresentado pelo PS, na referida Assembleia.

Secretário (*Manuel Brasil*): Da Câmara Municipal da Horta, uma carta cujo assunto é a suspensão do funcionamento de escolas e de lugares, em que a referida Câmara vai manifestar, junto das autoridades competentes, a sua preocupação e desagrado.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Assembleia Municipal uma carta visando o assunto acima referido.

Secretário (*Manuel Brasil*): Dos Representes dos Alunos ao Senado da Universidade dos Açores e Associação Académica, um fax cujo assunto são as propinas na referida Universidade.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Câmara Municipal da Povoação, um ofício, cujo teor é a aplicação da Hora de Inverno, em que é proposto que a anterior diferença horária de 1 hora, seja mantida.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações - SINTEL - uma carta do seguinte teor:

O SINTEL, sediado na Rua Alves Torgo, n° 19/F em Lisboa, vem na qualidade de representante dos seus associados nos CTT, empresa de capitais exclusivamente públicos e ao abrigo do seu direito de petição

previsto no Artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, solicitar a intervenção de V. Exª., no sentido de ser discutida e posta a votação a extensão aos trabalhadores do CTT, em efectividade de funções na RAA, do Regime Legal aprovado pelo Decreto Legislativo Regional Nº 15/92/A, transcreve-se os fundamentos a seguir, em carta anexa".

(A carta acima mencionada, encontra-se arquivada no respectivo processo).

Secretário (Hélio Pombo): Do Rádio Clube de Lajes do Pico - "A Voz da Montanha, CRL" - envia cópia duma petição endereçada ao Exmº Presidente do Conselho de Ministros, sobre a atribuição de frequências para a rádio difusão local.

Secretário (Hélio Pombo): Do Clube Naval da Horta, um ofício do seguinte teor:

"O Clube Naval da Horta, instituição de utilidade pública, fundado em 26 de Setembro de 1947, vem por este meio, solicitar a V. Exª se digne desenvolver as necessárias diligências, no sentido de adaptar à realidade açoriana, a nova redacção do artigo 36º, do Regulamento Provisório das Embarcações de Recreio, em vigor após a publicação do Decreto-Lei nº 202/92, de 29 de Setembro."

Os directores deste clube náutico, entendem que o referido artigo 36º, deverá ser alterado ou aditado, de modo a que os residentes nos Açores, detentores da carta de patrão de vela e motor, possam navegar no grupo de arquipélago onde residem e que os possuidores da carta de patrão de costa, possam navegar entre todas as ilhas dos Açores".

Secretário (Hélio Pombo): Da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Horta, uma carta em que manifestam a sua opinião sobre a possível alteração da Hora Legal, a partir de Janeiro próximo.

Secretário (*Manuel Brasil*): Um ofício, do Ministério do Emprego e Segurança Social, cujo assunto é "a reabilitação 90 - 1992 - Braga - 8/11 de Dezembro de 1992".

Secretário (*Hélio Pombo*): Um ofício do Clube Naval de S. Roque do Pico, sobre a pretensão de algumas alterações ao Decreto-Lei nº 202/92, de 29 de Setembro.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Partido Social Democrata um ofício do seguinte teor:

"Ao abrigo do disposto na b), nº 1, do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional Nº 19/90/A, de 20 de Novembro, o Sr. Deputado Mark Silveira Marques pede a suspensão do mandato por 10 dias, a partir de 16 de Novembro, por motivos da sua actividade profissional". O mesmo será substituído pelo candidato não eleito do círculo eleitoral de S. Jorge, Manuel Gil Berquó Ávila.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Associação Agrícola de S. Miguel, comunicando a constituição da nova direcção que é a seguinte:

Presidente - José Francisco de Almeida Barbosa

Secretário - Nuno Manuel Viveiros Furtado Martins

Tesoureiro - Luís Alberto Sousa Ponte

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma carta comunicando a constituição da direcção daquele grupo parlamentar que é a seguinte:

Presidente - Manuel Serpa

Vice-Presidentes - Francisco Sousa, Ricardo Barros e Lisete Silveira.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Grupo Parlamentar do PSD, uma carta comunicando a nova constituição da direcção:

Presidente - Manuel Ribeiro Arruda

Vice-Presidentes - Victor do Couto Cruz, António José Bettencourt Silveira e Jorge Valadão dos Santos.

Secretários - José Maria Bairos e Ana Carolina Gomes da Silva.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma carta informando os nomes dos Deputados dos diferentes círculos eleitorais.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Grupo Parlamentar do PSD uma carta informando os nomes dos Deputados que integram as diferentes Comissões da ALRA.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dando também a mesma informação acima referida, dos Deputados daquele grupo.

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Representação Parlamentar do CDS, uma carta do seguinte teor:

"Nos termos do artigo 53º, números 2 e 3, do Regimento da ALRA, foi deliberado que este partido estivesse representado nas Comissões de Finanças e Planeamento e Assuntos Internacionais.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do PCP, uma carta informando que esta Representação Parlamentar far-se-á representar nas Comissões dos Assuntos Económicos, Organização e Legislação, Juventude e Formação e Comissão Permanente.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Presidente da COL uma carta comunicando a constituição da Mesa desta Comissão e que é:

Presidente - Deputado Carlos Mendonça

Relator - Deputado Silva Melo

Secretário - Deputado João Cunha

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, uma carta informando a constituição da Mesa daquela Comissão.

Secretário (*Hélio Pombo*): Também do Presidente da Comissão de Juventude e Formação, uma carta informando a constituição da Mesa desta Comissão.

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Planeamento, uma carta dando conta da constituição da Mesa da referida Comissão.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos, também uma carta informando a constituição da Mesa desta Comissão que é a seguinte:

Presidente - Deputado Dionísio de Sousa

Relator - Deputado Fernando Lopes

Secretário - Manuel Brasil

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sr. Presidente. da Comissão dos Assuntos Sociais, uma informação da constituição da Mesa.

Secretário (*Hélio Pombo*): Do Sr. Deputado Rogério Serpa do PS, um requerimento do seguinte teor:

"- Considerando que o Governo Regional dos Açores a partir do dia 14 do corrente foi informado pelo Governo Francês no respeitante às intenções deste, relativamente à sua Base na Ilha das Flores.

- Considerando que o abandono da Base nesta Ilha acarretará graves consequências económicas para 40 trabalhadores ali empregados.

Nos termos regimentais aplicáveis, requero que me seja dada resposta às seguintes questões o mais rápido possível:

1. Pensa o Governo prestar informações no mais curto espaço de tempo à Comissão dos Assuntos Internacionais?
2. Pensa o Governo reunir com os referidos trabalhadores a fim de lhes garantir apoio e esclarecimentos nos direitos que lhes assiste? Para quando esse apoio e respectivo esclarecimento?

Horta. 18 de Setembro de 1992

O Deputado Regional do PS, Rogério Serpa."

Secretário (*Manuel Brasil*): Do Sr. Deputado Carlos César do PS, o seguinte requerimento:

" Considerando avultarem desconfianças sobre situações de presumível aliciamento eleitoral de cidadãos e instituições particulares por parte do Governo, durante a campanha eleitoral que findou, de duvidosa ou inexistente cobertura legal;

Considerando que, a utilização de fundos e dinheiros públicos deve obedecer a regras irrecusáveis de legalidade e racionalidade;

Considerando que essa utilização, em circunstância nenhuma, pode ser objecto de confidencialidade, já que só se pode fundar em critérios públicos e legais;

Considerando ser necessário confrontar desde já diversos tipos de informações para se obter uma conclusão segura sobre as matérias atrás mencionadas.

Requeiro que, ao abrigo dos direitos que me conferem o Estatuto Político-Administrativo e o Regimento da Assembleia, me seja fornecida com urgência, pelo Governo Regional, a listagem discriminada de todas as ordens de pagamento e das transferências bancárias das contas do Governo, serviços e institutos públicos regionais, destinados a particulares, pessoas singulares ou colectivas, devidamente identificadas, no período que medeia o dia 1 de Setembro e o dia 11 de Outubro do corrente ano.

Ponta Delgada, 18 de Outubro de 1992.

O Deputado Regional do PS, *Carlos César.*"

Secretário (*Hélio Pombo*): Resposta a um requerimento da Sr^a Deputada Lisete Silveira, do PS, oriunda da Presidência do Governo, cujo assunto é a atribuição de subsídios e é do seguinte teor:

"A bem conhecida deliberação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, do passado mês de Dezembro, determinou que o Governo Regional reduzisse, entre outras, as despesas com deslocações.

Por esta razão, o Governo tem recusado subsídios para deslocações apresentados por diversas entidades.

Têm, porém, sido solicitados apoios para actividades de outra natureza, os quais, em geral, têm sido atendidos, já que não foram abrangidos pelas determinações restritivas da Assembleia Legislativa Regional.

Com os melhores cumprimentos.

Pel'O Secretário-Geral, *Rui Nina da Silva Lopes*".

Secretário (Manuel Brasil): Resposta a um requerimento do Sr^a Deputada Lisete Silveira que vem da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, através da Presidência do Governo, que é do seguinte teor:

"Reportando-me às questões colocadas pela Sr^a Deputada Maria Lisete Serôdio Alexandre da Silveira, do Partido Socialista, através do requerimento nº 1704, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional do Turismo e Ambiente de informar o seguinte:

1. O requerimento assenta em dois pressupostos errados, nomeadamente:

1.1. Refere que a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente se propõe adquirir terrenos para a ampliação do Jardim Botânico do Faial, dentro dos limites da área atribuída à reserva Florestal de Recreio do Cabouco Velho.

1.2. Refere também que o processo de aquisição dos aludidos terrenos seria a expropriação.

Sobre o ponto 1.1 temos a informar que a Sr^a Deputada ao considerar «...despicienda a evidente troca de denominações entre Reserva Florestal de Recreio e Jardim Botânico,...» não só confunde os significados de Reserva de Recreio e Jardim Botânico, como também, não consegue localizar geograficamente o sítio dos Lameiros em relação ao Cabouco Velho que distam entre si cerca de 2,6 km - conforme se pode verificar na carta que se anexa -, não estando, portanto, o sítio dos Lameiros integrado em qualquer perímetro florestal.

Além do mais, o sítio dos Lameiros é, parcialmente, um Biótopo Europeu, não sendo deste modo viável a sua integração em qualquer Reserva de Recreio, facto que a Sr^a Deputada parece ignorar também.

Sobre o ponto 1.2 mais uma vez a Sr^a Deputada manifestou falta de informação ao afirmar que se trata de expropriação, quando na realidade se trata de uma aquisição onerosa para o património da Região de um direito de propriedade; portanto, um normal contrato de compra e venda nos termos da lei civil.

2. Mais afirma a Sr^a Deputada «...ser do conhecimento público que (...) elementos da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente contactaram os

proprietários propondo-lhes uma ligeira subida nos preços a pagar nas expropriações.». Esta afirmação é falsa, visto que nunca esses contactos tiveram por finalidade qualquer proposta de aumento de preços dos terrenos, destinaram-se única e exclusivamente a tornar mais célere a entrega de certidões e outros documentos necessários às aquisições. Mais se informa que os preços propostos tiveram como base a avaliação feita por avaliadores de reconhecido mérito e idoneidade.

Informamos ainda de que nas propostas de aquisição foi expressamente referido que caso houvesse lugar à rectificação de áreas, deveriam os proprietários remeter a esta Secretaria Regional certidões comprovativas, com a finalidade de alterar o preço proposto.

Esta situação verificou-se em dois casos, tendo os avaliadores procedido a uma rectificação da avaliação em função das novas áreas e consequente alteração do preço.

3. Pelo exposto se conclui que as respostas às perguntas 2 e 3, colocadas pela Sr^a Deputada, estão implícitas no ponto 1.2.

Em relação às outras duas perguntas informamos o seguinte:

A Secretaria Regional do Turismo e Ambiente pretende adquirir os terrenos do sítio dos Lameiros para ampliação do Jardim Botânico do Faial, tendo como dupla função a protecção de um Biótopo Europeu e a conservação do Património Genético da Flora Natural dos Açores e de outras ilhas da Macaronésia.

A avaliação foi feita por alqueire e não por hectare (1 ha = 10,33 alq.) sendo atribuído à área inculta ou encharcada um valor de 90.000\$00/alq. e ao restante 130.000\$00/alq.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete, *Marília Isabel Lima*".

Inserir MAPA

Secretário (Hélio Pombo): Resposta da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, a um requerimento do Sr. Deputado do PS, António Gomes, cujo assunto é o alojamento para técnicos em S. Jorge. A resposta é do seguinte teor:

"Em resposta ao ofício nº 874 de 94.5.12 encarrega-me o Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social de informar V. Ex^a do seguinte:

Na área da Saúde, e de acordo com o quadro dos incentivos existentes, a política de fixação, na componente habitacional, rege-se pela possibilidade de atribuição de um subsídio de residência, e/ou a atribuição de habitação, propriedade ou arrendada pela unidade de saúde respectiva.

Neste seguimento, não existe no actual Plano a Medio Prazo, nem foi proposto para o próximo, quaisquer verbas com a finalidade de apoiar a construção de habitações para o efeito referido no requerimento que veio em anexo ao ofício.

Com os melhores cumprimentos

O Director Regional, Paulo Garrido da Silva".

Secretário (Manuel Brasil): Resposta da Presidência do Governo Regional a um requerimento do Srs. Deputados do PS, João de Sousa Braga e António Braga Furtado, sobre a reconversão da vinha nas Fajãs de Santa Maria que é do seguinte teor.

"Relativamente ao requerimento dos Srs. Deputados João de Sousa Braga e António Braga Furtado, que deu entrada nessa Assembleia com o nº 679, de 92-03-25, encarrega-me Sua Excelência o Presidente do Governo Regional de transmitir a V. Ex^a que por informação dos serviços de Desenvolvimento Agrário de Santa Maria as medidas em curso são as que constam da legislação vigente incluindo a Portaria nº 51/85.

Com os melhores cumprimentos.

O secretário-Geral, Rui Nina da Silva Lopes".

Secretário (Hélio Pombo): Resposta a um requerimento do Deputado Regional do PS, Ricardo Barros, sobre Paratuberculose. A resposta vem da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário - Direcção de Serviços de

Sanidade Animal e Higiene Pública, através da Presidência do Governo, que passo a citar:

"Satisfazendo o solicitado no requerimento do Deputado Regional do PS Ricardo Barros, informo que a Paratuberculose é uma doença infecciosa comum a todos os países da CEE, havendo alguns, como a França, onde a percentagem de reacto-positivos é superior a 50%.

Doença não transmissível ao humano, é no entanto responsável por baixas das produções bovinas e em certos casos inclusivamente pela morte de alguns animais.

Quanto às perguntas concretas, apresentadas pelo Deputado Ricardo Barros devo informar:

1º. O Governo Regional possui dados seguros sobre a Paratuberculose nos Açores: foram efectuadas cerca de 9.000 análises tendo os resultados sido de 2,5% de reacto-positivos.

2º. Em dois focos infecciosos detectados na ilha Terceira procedeu-se a medidas de profilaxia médica - vacinação e a medidas de Profilaxia Sanitária, essencialmente o abate e indemnização dos animais doentes.

3º. Em 1988 entraram na Região Autónoma dos Acores 6 toiros provenientes da Alemanha, isentos de Paratuberculose.

É o que me cumpre informar.

O Director de Sanidade Animal e Higiene Pública Veterinária,
Diocleciano Silva".

Secretário (Manuel Brasil): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado do PS António Gomes, oriunda da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, cujo assunto é obras de beneficiação no cais das Manadas - S. Jorge. Diz que foram executadas pequenas obras de beneficiação no cais das Manadas durante o mês de Setembro.

Secretário (Hélio Pombo): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado do CDS Alvarino Pinheiro, sobre a degradação da construção das arrecadações para uso dos pescadores do porto de S. Fernando, que serve

as localidades do Porto Martins/Ribeira Seca. A resposta vem da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e passo a ler:

"Em resposta ao requerimento do Senhor Deputado Alvarino Manuel Meneses Pinheiro, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Agricultura e Pescas de prestar a V. Ex^a o seguinte parecer:

1. Não houve qualquer placa que cedesse nas arrecadações dos pescadores. Houve, sim, uma parte de revestimento interior (com cerca de 30 cm²) que caiu, tendo sido imediatamente reposto sem qualquer motivo de reclamação posterior;
2. O pátio fronteiro às arrecadações das palamentas ficou mal cimentado, na zona de união das mesmas. O empreiteiro da obra procedeu a correcção das anomalias detectadas, sem qualquer motivo de queixa até à data;
3. A modalidade utilizada para a realização da obra foi a de empreitada, tendo sido adjudicatária a firma Bettencourt e Maia, Lda;
4. A entidade responsável pela execução e fiscalização da obra foi o Serviço Açoriano de Lotas, LOTAÇOR, E.P., ao abrigo do protocolo anual estabelecido com a Direcção Regional das Pescas.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe de Gabinete, Mário Lourenço".

Secretário (Manuel Brasil): Resposta a um requerimento do Deputado Regional do PS, Carlos Mendonça, sobre o horário da SATA para o inverno - 1992/1993 que é do seguinte teor:

- "1. Como se sabe, o horário da SATA, tendo vindo a adequar a oferta de voos aos fluxos de tráfego e à necessidade de ligações inter-ilhas e destas para o exterior;
2. De momento, aos Domingos, só não há voos para as ilhas da Graciosa e Flores.
3. Para operar aos Domingos, na Graciosa, a SATA terá de aumentar o seu quadro de pessoal naquela ilha.
4. Enquanto operou apenas com ATP's a SATA oferecia um avião com capacidade a mais para a referida operação de Domingo;

O horário de Inverno 92/93 mantém as actuais ligações ao Sábado, com recurso a voos em ATP e Dornier 228-200, de 2ª. Feira a Sábado;

Numa primeira fase de utilização do D.O. 228-200 está previsto reservar o Domingo para Manutenção ;

Admite-se que depois de a pista das Flores estar repavimentada e utilizável pelo ATP, se possa reformular o Horário que nesta data se envia a Sua Excelência o Secretário Regional da Economia para aprovação;

Após um período experimental do D.O. 228-200, já com manutenção por parte da SATA, o Domingo poderá talvez ser acrescentado à sua utilização, o que permitirá oferecer no Horário de Verão para 1993 ligações à Graciosa ao Domingo, com aquele avião.

Aproveitamos para enviar cópia da nossa carta 293/DA/92, e bem assim um exemplar da nossa proposta de Horário de Inverno para 1992/1993".

Secretário (*Hélio Pombo*): Resposta a um requerimento do Sr. Deputado Rogério Serpa, que vem da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, sobre o Matadouro da Ilha das Flores. A resposta informa que o assunto em questão ficou resolvido com a aprovação pelo Conselho do Governo, da nova orgânica do IAMA.

Secretário (*Manuel Brasil*): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional números 74, 75, 76 e 79, bem como os suplementos aos Diários números 7, 60, 69, 72, 73, 76 e 77.

- Está presente a Conta da RAA de 1991 que baixou à Comissão de Finanças e Planeamento para parecer até 23/10/92.

- Está também presente o Programa do V Governo Regional dos Açores.

Presidente: Srs. Deputados, está também presente na Mesa o Relatório da Comissão de Organização e Legislação sobre a verificação de poderes do candidato não eleito do PSD, pelo círculo eleitoral da Ilha de S. Jorge, Sr. Manuel Gil Berquó Ávila. Este parecer é no sentido de serem verificados os poderes do candidato mencionado.

Este relatório está à apreciação dos Srs. Deputados.

Não havendo qualquer objecção, nos termos regimentais, convido o Sr. Deputado a ocupar o seu lugar na bancada do partido a que pertence.

(Neste momento o lugar na bancada do PSD foi ocupado pelo Sr. Deputado Manuel Gil Berquó Ávila).

Presidente: Srs. Deputados, esgotámos o nosso primeiro ponto do Período de Antes da Ordem do Dia.

Passamos ao 2º ponto deste período, ou seja, para a emissão de votos. A disciplina da emissão de votos, e porque estamos a começar os nossos trabalhos, convém lembrar que o voto é subscrito por um deputado ou por um grupo de deputados até ao máximo de 5, é presente à Mesa, é distribuído pelos Srs. Deputados, sempre que há tempo para o efeito e depois na sua tramitação, como 2º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, é feita a sua apresentação por um dos deputados subscritores, se o quiser fazer ou então pela Mesa, e há ainda a possibilidade da utilização da palavra por um máximo de 5 minutos, por um representante de cada grupo parlamentar ou representação parlamentar.

A nossa praxe é de que estes 5 minutos sejam utilizados duma só vez.

Findas as intervenções, passa-se à votação do voto e, portanto, esgota-se esta matéria.

Neste sentido, dou a palavra ao Sr. Deputado subscritor, para o caso de querer fazer a sua apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"VOTO DE SAUDAÇÃO

À população do Município de São Roque do Pico pela passagem dos 450 anos de fundação do Concelho.

Por alvará régio de 10 de Novembro de 1542, D. João III "houve por bem" elevar à categoria de Vila, a Freguesia de São Roque, assim surgindo o concelho do mesmo nome, que na altura abrangia toda a zona norte da Ilha do Pico que fazia fronteira com a Ilha de São Jorge, da Terra Alta a São Mateus.

Hoje, a Vila de São Roque do Pico com as freguesias de Santo Amaro e Prainha do Norte a leste e Santo António e Santa Luzia a poente, formam um Município Rural com cerca de 3.600 habitantes.

Considerando que a Câmara Municipal promoveu no corrente ano várias iniciativas assinalando a passagem dos 450 anos de elevação a Concelho;

Considerando que o programa se desenvolveu durante 5 meses em todas as freguesias do Concelho englobando importantes manifestações Culturais, Religiosas e Cívicas, cujo epílogo aconteceu no passado dia 10 de Novembro;

Considerando ainda que toda a População assumiu com empenho e vibrou calorosa e entusiasticamente com estas Comemorações, as quais, inclusivé, tiveram grande cobertura dos principais Órgãos de Comunicação Social dos Açores;

A **Assembleia Legislativa Regional dos Açores** reunida em Sessão Plenária no dia 17 de Novembro de 1992, **Saúda** a População do Concelho de São Roque do Pico pela passagem do 450º Aniversário da Fundação do Município.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Novembro de 1992.

O Deputado Regional do PS, Rui Pedro Ávila.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar Rosa.

Deputado Gaspar Rosa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quero manifestar o meu regozijo pelo voto de saudação, apresentado pelo Partido Socialista, à população de S. Roque do Pico, pela efeméride dos 450 anos de fundação do concelho.

450 anos, é uma idade muito bonita, que traduz o querer e a vontade de vencer, do povo daquele concelho.

Com muita honra e orgulho me integro neste voto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, para uma intervenção.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar permitam-me que na pessoa de V. Exas. saúde calorosa e respeitosamente todos os cidadãos da nossa Região Autónoma que aqui representamos.

Como deputado eleito pelo Pico é com algum orgulho que proponho a esta Assembleia este Voto. Saudar a população do Concelho de São Roque pela passagem dos 450 anos da fundação do Município justifica-se por várias razões, entre as quais aquelas que constam nos considerandos do Voto ora em apreciação.

Gostaria contudo de realçar que a população que nos propomos homenagear, ao longo destes 450 anos da sua história Municipal, pode servir de exemplo digno a toda a Região.

Na CULTURA - ainda hoje os cerca de 3.600 habitantes do concelho, mantém activas e em bom nível 4 filarmónicas, o que constitui das mais altas percentagens por habitante da Região.

- É ainda da Escola Preparatória e Secundária deste Concelho a única Orquestra Juvenil da Região.

No CAMPO ECONÓMICO - até há poucos anos laborou no concelho a mais importante unidade industrial da Região no seu género - a Fábrica da Baleia das Armações Baleeiras Reunidas, Lda.

- Possui actualmente uma Fábrica de Conservas de Atum.

- Na Freguesia de Santo Amaro ainda teimosamente se mantêm, as melhores empresas de construção naval da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Realcei apenas alguns aspectos duma população rural, que sendo essencialmente agrícola, consegue desdobrar-se noutras iniciativas.

Finalmente, permitam-nos que salientemos e demos público testemunho da honra que a população do Município de São Roque teve com a presença de Sua Excelência o Senhor Ministro da República nas cerimónias de encerramento das comemorações.

Por tudo isto e talvez pelo que não vos transmiti, por falta de engenho e arte, peço, pois, a V. Exas. que apoiem este Voto de Saudação.

É um acto digno para esta Casa e para a nossa Região Autónoma, e que, enobrece sobremaneira a **população laboriosa, simpática e acolhedora** do Município de São Roque do Pico na passagem dos 450 anos da fundação do seu Concelho.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Muito rapidamente, para dizer que nós associamo-nos a este voto de saudação à população da Vila de S. Roque do Pico, pela passagem do 450º aniversário da elevação a Vila daquela localidade.

Pensamos que é de todo o interesse que nos possamos juntar à população daquele concelho, contribuindo para a valorização da passagem de mais este aniversário, por um lado e por outro lado, saudar a população de todo o concelho.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de saudação, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade com 28 votos a favor do PSD, 21 a favor do PS, 1 voto a favor do CDS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Srs. Deputados, vamos entrar no 3º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região.

A disciplina da utilização deste período é a seguinte, em termos de distribuição de tempos:

Como os Srs. Deputados sabem, há dois tempos durante este período, ou seja, um 1º tempo de 1 hora e meia, findo o qual, a requerimento de qualquer dos grupos ou representações parlamentares, poderá ser este período prolongado por mais 60 minutos.

Em relação à primeira hora e meia, que é aquela em que vamos dar agora entrada, o Partido Social Democrata disporá de 40 minutos; o Partido Socialista disporá de 30 minutos; o Centro Democrático Social de 10 minutos e o PCP de 10 minutos.

Em caso de prolongamento, o PSD disporá de 25 minutos; o PS disporá de 15 minutos; o CDS de 10 minutos e também o PCP.

Feita esta menção da distribuição dos tempos para este período, vou dar a palavra para uma intervenção, ao Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Está feito e bem feito.

Agora há quatro anos para mudar muita coisa.

A vitória do PSD foi sobretudo a vitória dos Açores.

Vencemos para continuar a servir os Açores.

E citando o Dr. Mota Amaral, "esta é a vitória da liberdade e da democracia, uma vitória de todo o povo açoriano, que livremente escolheu nas urnas, o rumo dos seus próximos quatro anos".

O PSD, o seu líder e todos os sociais democratas vão continuar a assumir a mudança.

O PSD vai continuar a liderar as reformas da sociedade açoriana.

A genuína revolta contra o atraso, a pobreza, a miséria e a justiça, continuará a representar a essência da nossa governação.

Foi um voto de consciência sufragando o passado recente nos apontou de forma nítida o caminho do futuro.

Foi o voto de afirmação.

Afirmação que permite encarar com tranquilidade os destinos do futuro dos Açores, envolvidos que estamos na construção europeia.

Porque, apesar da retumbante vitória do PSD, não se avizinham, contudo, tempos fáceis para a governação da Região.

A recessão económica, que invade o mundo, chegando mesmo a países como o Japão e a Alemanha terá reflexos, também, na nossa economia.

O PSD dos Açores, apresentou-se às eleições, com uma equipa e um discurso renovado, com uma estratégia bem definida, assumindo e demonstrando que se vive uma nova era de relacionamento institucional político partidário entre a Região e o continente .

O povo percebeu a nossa postura e deu-nos razão.

Demonstramos na campanha eleitoral, que ao contrário de outros, o PSD não cede à tentação fácil de malabarismos eleitorais que apenas visam enganar os açorianos para vingar objectivos meramente pessoais.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Os Partidos da oposição usaram uma linguagem política e formulas ultrapassadas, que já não têm nada a ver com os tempos que correm.

Pensaram que ser oposição é objectivamente dizer mal do governo e que se é tanto melhor oposição quanto pior se disser. Aqui podíamos, recordar a campanha do Partido Socialista que, para além da agressividade do discurso, que feriu pessoas e legítimos adversários políticos, da demagogia se limitou a liderar os descontentamentos sectoriais e parciais, infelizmente nada mais nos trouxe.

A actividade da oposição limita-se muitas vezes a prognósticos de vitória, a críticas derrotistas, a cantigas de escárnio e mal dizer, a promessas

irrealizáveis, uma verdadeira e estonteante versão do pior que há para quem quer deixar de ser oposição.

Hoje, continuamos a questionar como podia ser um bom Presidente do Governo Regional, quem não conseguiu ser um mediano Presidente de Câmara, capaz de gerir um simples orçamento municipal?

Hoje, continuamos a questionar, como poderia ser um bom Presidente do Governo Regional, quem recusou o cargo para que foi eleito, afim de prestar "contas" aos eleitores no terminus do mandato?

Pensamos, que é humilhante a fuga de um agente político do julgamento da sua acção, pelo povo que o elegeu.

É a incoerência, de quem com tanta facilidade, quanto rigor, vendeu ilusões de propostas e ideias.

Mas, se pelo abandono do dever, o julgamento não será permitido, ao povo, restará a consolação de que as estruturas regional e nacional do Partido Socialista, assumem-se como máquinas trituradoras de líderes eleitoralmente derrotados, sendo os seus grupos parlamentares galerias de perdedores.

As acusações do PS e seus acólitos, que os Açores estavam estagnados, foram rejeitadas pelo povo e agora passados cerca de dois meses das eleições, constata-se que o PS, este sim, é um Partido, estagnado e dividido.

A unidade do Partido Socialista, construída com o único objectivo de alcançar o poder, para concretizar a ambição desmedida dos seus dirigentes, sacrificando líderes e servindo-se daqueles ou daquele que por vaidade se disponibilizou para cabeça de cartaz.

Estes cabeças de cartazes, combatem a política, mas estão inteiramente dentro da única política onde ainda podem permanecer - a do PS que já foi, mas que não é, a do PS que promete e nunca será -.

O povo não desculpa traições antigas nem recentes, nem pretende amizades de ocasião ainda actuais, mas nada sentidas.

O Eng^o Goulart foi apresentado pelo Eng^o Guterres como Presidente do Governo, mas depois não foi sequer candidato.

Pelo contrário, aquele que foi candidato não chegou a ser presidente.

Mas, o PS tem sempre uma solução: se não é o Vice que é candidato a Presidente é o ex-chefe que o vai ser.

Nunca os dois estão demitidos, mas há sempre um que, se não está demitido, já prometeu demitir-se.

Nunca um é verdadeiramente chefe do outro e, por isso, nunca tem líder.

A incerteza socialista, que se traduziu na oscilação entre a timidez e o exagero, nunca poderia ser responsável por uma atitude de grande equilíbrio como a que veio a ser seguida pelo povo dos Açores.

As autarquias, que poderiam ser um exemplo positivo, para os socialistas, tem sido um campo de experiências frustrantes, é uma sucessão de equívocos, que muitos de nós temos que sofrer.

Ao PS só resta mais um longo quadriénio de oposição.

Sr. Presidente, Srs.Membros do Governo, Sras e Srs. Deputados:

Também, o povo penalizou aqueles que na anterior legislatura, afrontaram a ética e a moral desta Casa e do nosso sistema autonómico, ou seja, o PS, CDS, PCP e deputados independentes.

Os eleitores continuam a privilegiar os que apresentam uma postura de rigor e verticalidade.

Os açorianos defenderam a estabilidade, a paz, o progresso e optaram por uma mensagem construtiva, em vez de uma mensagem carregada de ódio e divulgada por arautos da desgraça.

(Risos do Deputado Carlos César)

O Orador: O PSD, não se envergonha, antes se orgulha da sua ideologia, do seu projecto e do seu líder o Dr. Mota Amaral.

Só com a estabilidade política que derivou da maioria absoluta, continua a ser possível acelerar ou manter o mesmo ritmo de desenvolvimento económico e social dos Açores.

Assim, o progresso dos Açores não pára.

Esperamos, que a oposição tenha aprendido com os seus erros, e que seja agora capaz de trazer para o debate político os ensinamentos que se retiraram da manifestação clara da vontade do eleitorado.

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo, Senhoras e Senhores Deputados:

O PSD manterá uma postura de total abertura ao diálogo, de compreensão leal e construtiva, da procura de consensos alargados sempre que não estejam em causa as orientações básicas do programa que o eleitorado inequivocamente sufragou.

Reafirmamos convictamente, que a política se faz por missão, por devoção, por solidariedade.

Nunca por interesse.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A composição desta Assembleia, no início da sua V Legislatura, resulta, como sabemos, de eleições realizadas na Região, no dia 11 do passado mês de Outubro.

No subsequente rescaldo e como é normal em momentos análogos, vendem-se euforias, agitam-se fantasmas, avivam-se promessas, ajustam-se contas, ensaiam-se, em prelúdio de esperança, novas estratégias.

É a lei imutável e trituradora de todos os rescaldos políticos. Também aqui puxando a apropriação pode dizer-se: "Dura lex sed lex".

No dealbar de uma nova fase da vida política Regional compete aos vencedores apetrecharem-se de meios humanos e materiais para o cumprimento do prometido, para uma acção concertada em prol do desenvolvimento regional, e para as mudanças que, no quotidiano, são imperiosas e brotam com expressiva premência.

Compete aos vencidos, antes de mais, o endereçar de felicitações aos vencedores...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a reflexão que verte para uma análise dos acontecimentos para a detecção dos erros e para o apronto de novas estratégias e renovadas esperanças.

Afinal a configuração desta Assembleia resulta de um acto eleitoral, resultância do estabelecimento e da vivência de um Estado Democrático. As regras impõem-se. É a norma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Partido Socialista apresentou-se ao acto eleitoral do passado mês de Outubro com um projecto credível e um candidato digno, opção das suas estruturas representativas. O empenhamento e a dinâmica dos seus militantes foram evidentes, em alguns casos com rasgos de altruísmo assinaláveis e muitas expectativas matizadas de esperança.

O resultado das urnas não nos favoreceu. Há que tirar as devidas ilações! Mas a vida continua! Mais a esperança!

É certo que os revezes eleitorais trazem sempre sequelas. Outra vez a norma! Mas o Partido Socialista nos Açores apesar de tudo o que se possa dizer é uma grande força política, continuará a sê-lo pesem os augúrios de derrocada (que seria apetecida em certas áreas) de alguns ou o desânimo de outros.

O nosso Grupo Parlamentar constituído por 21 elementos, em representação de todas as Ilhas dos Açores, reflecte a vontade expressa de

milhares de açorianos, saberá ser digno dessa confiança e lutará, com firmeza, sem desfalências, pelo desenvolvimento harmonioso da Região e pela dignificação deste Parlamento. O PS tem valores no seu seio para superar qualquer crise, para superar todas as crises.

Estar na oposição não remete para drama ou flagelação. É uma honra ocupar uma daquelas cadeiras, seja qual for. Nós prezamos os valores democráticos e abominamos demagogias estúpidas.

Aliás a abertura do nosso Grupo Parlamentar a independentes, que muito respeitamos, reforça e legitima uma maior consciencialização da premente necessidade da busca de valores em todos os sectores da vida Regional, para uma descentralização mais eficaz e um aprofundamento mais profícuo da democracia como cerne da nossa Autonomia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Por feitiço sou avesso a premonições e adivinhações, a futurologias.

Mas percebe-se e sente-se que os tempos que aí vêm não serão fáceis.

Para todos. Cada vez mais serão menos os oásis da caminhada!

Portanto, este não é um momento para arrogâncias destemperadas ou euforias bacocas nem para desânimos desmobilizadores. Saboreada a vitória há que entrar depressa e bem na rampa da concretização.

Quem perde tem de reflectir e agir. É o que vamos fazer.

Penso que será abusivo dizer-se que quem queria a mudança votou na oposição. Porque a estagnação nunca é uma vitória. Por isso desejam-se mudanças comportamentais e processuais para acções válidas e coerentes já que a desvitalização gera retrocesso

A mudança é quase um acto de rotina. O dia de hoje não é igual ao de ontem nem o de amanhã será igual ao de hoje. O que é urgente é perceber e aceitar os valores da mudança!

Ainda no rescaldo do último acto eleitoral cumpre-me não apenas como deputado, mas como simples açoriano, alertar para a verificação de uma certa animosidade latente geradora de despeitos inter-ilhas fruto de uma desarmonização que parece existir. Este Governo tem a estrita obrigação

de comprovar que a autonomia descentralizada e descentralizadora, tantas vezes apregoada, não se refugia em equívocos e que o humanismo, bandeira de todas as acções, não é uma palavra vã. Aguardemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Resta-me, em nome dos órgãos dirigentes do meu Partido, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saudar Vossa Excelência o Senhor Presidente desta Assembleia Legislativa Regional, o Grupo Parlamentar do PSD, a representação do CDS, a representação do PCP, o Senhor Presidente e todos os Membros do Governo desejando que governem bem a bem de todos os açorianos.

Pedindo licença para plagiar, direi que o mordomo é o mesmo, é a mesma comissão do Império. Resta saber como será a função!

Estaremos atentos como é nosso dever.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, é para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, desde já, quero agradecer - em nome do PSD - as felicitações do Sr. Deputado Manuel Serpa. Eu acredito que elas sejam, de facto, produzidas do fundo do seu coração, como bom homem que é. Aliás, a sua prática nesta Casa tem-no demonstrado. Mas a política não se faz disso, Sr. Deputado. E é pena que nesta altura, o Partido Socialista - permita-me que o diga - tenha que pôr um dos seus "cordeiros" à frente, escondendo todos os seus "lobos", dando a entender que após a fase eleitoral, tudo seja normal...

Deputado Fernando Fonte (PS): Estás enganado!

O Orador: ...Sr. Deputado, as eleições foram há 2 meses e há 4 meses os Srs. estavam aqui a fazer as afirmações que faziam.

Nós não podemos esquecer esse passado.

O PSD tem uma postura séria, que combate a arrogância, como combateu nos últimos tempos a vossa arrogância, mas não pode ter uma postura de derrotado porque não o é!

O PSD é um partido que venceu as eleições. E é esta postura que nós vamos manter nesta Casa.

Por outro lado, quando o PS disse que tinha um projecto credível e um candidato digno, eu vou citar um homem que esteve nesta Casa e que conhece bem o vosso partido por dentro. Ele afirmava no dia 6 de Novembro de 1992:

"O Partido Socialista comprou um jogador às cegas, para ter uma vitória a todo o custo. Nada mais errado.

A campanha foi um discurso para constatar que não há projecto alternativo".

Penso que tudo isto é claro e dispensa que eu cite as outras afirmações do então Sr. Deputado António Oliveira Rodrigues.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Sr. Deputado Rui Melo, levou a maior parte da sua intervenção a virar-se e a dedicar-se, exclusivamente, ao Partido Socialista.

Eu não quis, na minha intervenção, entrar em problemas que possam afectar o PSD. Porque eu não queria que ficasse nesta Casa a ideia de que o PSD é um vencedor sem problemas e que o PS é um derrotado só com problemas!

Deputado António Silveira (PSD): Mas é!

O Orador: Eu queria lembrar ao Sr. Deputado aquilo que o povo, na sua sabedoria diz, e povo é muitas vezes citado pelo Sr. Presidente do

Governo, porque é sábio, ou seja, "telhados de vidro", "sol e peneira" e "trave e argueiro".

Não se esqueça disto, porque é muito importante. É muito importante nestas circunstâncias nós lembrarmo-nos disso. E que fique bem assente aqui, que não há um vitorioso sem problemas e um derrotado, esmagado, só com problemas.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão, para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Pela vontade bem expressa dos eleitores da Ilha das Flores, mantemos o encargo e a responsabilidade de continuar a trazer a esta Assembleia a voz de muitos daqueles que de outro modo não se fariam ouvir.

O eleitorado da Ilha das Flores, muito conscientemente, elegeu o 1º candidato da lista apresentada pela CDU. Depois de quatro anos de trabalho prestado com dedicação e espírito de servir, procurando defender com convicção e entusiasmo os interesses reais da nossa terra e da sua população, sendo portadores dum projecto claro, credível e honesto de desenvolvimento, os florentinos entenderam que esse trabalho e a forma como foi desenvolvido, deveria continuar na presente legislatura. Pela nossa parte, tal como o fizemos antes e correspondendo à confiança que em nós foi depositada, o deputado da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, eleito pela lista da CDU no Círculo Eleitoral das Flores, continuará a apresentar os problemas, as questões e as situações desta Ilha, de forma permanente, intensa e criativa, defendendo o progresso e o desenvolvimento das Flores, equacionando soluções e apresentando uma perspectiva de resolução. O nosso círculo eleitoral passou por mudanças substanciais e positivas nos últimos quatro anos; muitas infra-

estruturas ainda estão em execução; no futuro imediato há que concluir rapidamente essas obras e é necessário implementar outras que são absolutamente necessárias para a Ilha. Porém, muitos são os estrangulamentos económicos existentes e há problemas sociais, que abordaremos desenvolvidamente no decorrer da presente legislatura.

A nossa actividade não pode, não deve, nem ir limitar-se ao círculo eleitoral que nos elegeu, mas tal como na anterior legislatura, assumiremos a postura de deputado regional, como é nosso dever, procurando dar o melhor contributo que nos seja possível no sentido de dignificar este que é o principal órgão da nossa Autonomia Regional.

Consideramos que é absolutamente necessário que a Assembleia Regional reúna em Plenário com a frequência que for necessária e que todos os assuntos sejam devidamente debatidos. Para nós as comissões devem estudar profundamente todas as questões que lhes sejam submetidas, durante o tempo necessário, mas a tramitação não deve demorar mais do que o indispensável.

É nossa intenção participar nas discussões e tomar posição sobre todas as iniciativas legislativas que sejam presentes à Assembleia; e, apresentaremos as nossas próprias iniciativas de acordo com as propostas que os candidatos da CDU apresentaram aos eleitores durante a Campanha Eleitoral.

Também e desde já daremos o nosso contributo no debate do Programa do Governo, assim como participaremos activamente nos trabalhos de discussão do Plano de Médio Prazo e do Orçamento.

Quando formos chamados a rever o Estatuto Político-Administrativo, apresentaremos a nossa própria ante-proposta na qual atenderemos a que o reconhecimento do desenvolvimento do processo autonómico obriga a que se proceda com integral respeito pelo sistema constitucional vigente, defendendo o aperfeiçoamento do Estatuto em áreas tão importantes como são, a Revisão do Sistema Eleitoral garantindo a proporcionalidade, o relacionamento com o Estado assegurando a autonomia financeira, a

configuração das normas de elaboração e apresentação do Orçamento com os princípios democráticos e constitucionais vigentes.

O nosso trabalho será desenvolvido em total interligação com as estruturas de ilha e regionais do PCP, havendo também o cuidado em coordenar a nossa actividade com as estruturas nacionais, designadamente com o Grupo Parlamentar na Assembleia da República, em todas as questões onde haja interesse específico da nossa Região. De igual modo, coordenaremos os nossos esforços com os nossos deputados no Parlamento Europeu, e através deles com o Grupo da Esquerda Europeia, desse órgão comunitário, no sentido de se continuar a apoiar e a defender os interesses, as particularidades e as especificidades dos Açores, como Região ultraperiférica da Comunidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário Regional:

Nos próximos quatro anos espera-nos um trabalho que em nosso entender deverá ser árduo, permanente, persistente e interessado, o qual, independentemente das posturas políticas e ideológicas, terá que ter como objectivo final o progresso e o desenvolvimento da nossa Região e o bem estar da sua população. No entanto, a qualidade e a quantidade do trabalho que aqui for produzido dependerá tão somente do empenho que individualmente, cada um de nós, for capaz de levar a cabo.

Pela nossa parte esforçar-nos-emos na medida de todas as nossas capacidades, procurando contribuir o melhor que nos for possível, no sentido da dignificação desta Assembleia, contribuindo também para a respeitabilidade que merece a Autonomia Política e Administrativa da nossa Região.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontra-se a Assembleia Legislativa Regional dos Açores reunida em Plenário, dando início à V Legislatura, para a qual o povo açoriano, através

de eleições livres, indicou e confia no Partido Social Democrata para mais um mandato de 4 anos, cuja maioria irá persistir e manter-se, reflectindo desta forma o desejo da população dos Açores pela estabilidade governativa.

A dignificação do Parlamento açoriano passa por muitos aspectos, mas principalmente pelo trabalho aturado e profundo que nos possa merecer a legislação que aqui é aprovada a qual vai fazer parte de todo o edifício legislativo que regula o dia a dia da nossa sociedade.

Temos, todos que evitar o que aconteceu no último ano, em que através de uma maioria criada por interesses puramente pessoais a discussão nesta Casa descambou para aspectos menos importantes, tendo-se dispendido horas e horas de trabalho em discussões sobre simples votos, resoluções etc., aos quais foi atribuída uma importância fictícia em detrimento da legislação aqui aprovada cuja dignidade e importância que nos mereciam, foi esquecida.

Os plenários da Assembleia são o momento por excelência para as diferentes formações políticas exporem as suas ideias, projectos e posições, sobre as diferentes áreas da vida regional, mas não se poderá cometer o erro de dar mais ênfase a este trabalho, prejudicando a nossa função primeira que é a produção e discussão de legislação para a nossa Região Autónoma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No período conturbado de maioria artificialmente criada, assistiu-se a uma fúria descontrolada, por parte da oposição, de produção legislativa de oportunidade algo duvidosa, tanto pela falta de estudos aprofundados da realidade açoriana nas diferentes áreas, como por considerarem para as mesmas verbas que se provaram ser insuficientes.

Vem isto a propósito do Decreto Legislativo Regional - Apoios complementares aos alunos onde não é ministrado o ensino secundário - através do qual aos alunos onde não é ministrado o referido ensino, é atribuída uma passagem de ida e volta e uma bolsa de estudo mensal.

Passaram a usufruir deste apoio os alunos da Graciosa, S. Jorge, Flores, Corvo e os alunos aos Concelhos do Nordeste e Povoação.

Tal apoio não abrange a Ilha do Pico e Santa Maria por se considerar, de forma errada, que nestas ilhas é ministrado o ensino secundário.

Com este DLR, a oposição parlamentar da altura, defendia o conceito de justiça e igualdade entre todos os alunos dos Açores, criando um apoio supletivo aos alunos das chamadas ilhas pequenas que tem de se deslocar para outras ilhas para a continuidade de estudos.

Ter um familiar a estudar noutra ilha representa uma despesa que nem todas as famílias açorianas tem capacidade de suportar, o que leva a que alguns jovens não tenham as mesmas oportunidades, conforme a sua residência.

Acontece, porém, que a legislação aprovada não teve o cuidado de estudar e aprofundar a realidade de cada ilha, e se por um lado criou justiça, por outro contribuiu para a discriminação na classe estudantil açoriana, uma vez que em Santa Maria apenas é ministrado o 10º e 11º anos, resultando do facto que os alunos que vão para S. Miguel frequentar o 12ºano não são apoiados na sua deslocação, situação esta que resulta de lacunas existentes na legislação aprovada nesta Câmara. Para que seja reposta a justiça, no caso em apreço, ter-se-á que rever a legislação aprovada e através de um estudo profundo da situação na região, fazer com que todos possam vir a beneficiar dos apoios criados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E nestes aspectos de produção legislativa que devemos aprofundar a discussão nesta casa e não enfatizar aspectos marginais de pura luta política que apenas tem por finalidade a promoção, através dos média, de pessoas ou grupos que no terreno e no dia a dia não conseguem passar uma mensagem credível para o eleitorado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outro problema que preocupa os marienses é que se prende com o transporte colectivo de passageiros. A empresa existente tem o capital de

100.000 contos, sendo 98% do Governo e 2% a dois privados locais, tendo por utentes, essencialmente os alunos da escola preparatória, e tendo como resultado magras receitas que apenas cobrem as despesas correntes, o que dificulta o investimento em material circulante.

No momento a empresa dispõe de 4 autocarros, os quais são insuficientes para a cobertura total da ilha, o que obriga que autocarros com a capacidade de 52 lugares transportem, por vezes mais de 80 passageiros. Além do incómodo de longas viagens, que chegam a atingir 3 horas, é a segurança dos passageiros que está em causa pelo excesso de lotação, aliada á impossibilidade de revisões periódicas aos autocarros, uma vez que a paragem de um deles para revisão quebra toda a cadeia de transporte da ilha. Tal falta de manutenção tem contribuído para situações alarmantes que por pouco não se transformaram em desastres de grandes dimensões, envolvendo dezenas de alunos.

Numa primeira fase, e que deve ser imediata, terá o governo que adquirir um autocarro de 52 lugares para a normalização dos desdobramentos, bem como possibilitar revisões periódicas a toda a frota.

Numa segunda fase deve ser adquirido um autocarro de características urbanas o qual irá contribuir para uma melhor rentabilidade da empresa, atendendo que fora dos horários escolares é utilizado um autocarro de 52 lugares que durante um dia de serviço transporta um número muito reduzido de passageiros (20 a 30) o que se reflecte em custos elevadíssimos de exploração e desgaste de material.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

São estas duas questões pontuais que no momento preocupam os marienses encarregados de educação, sobre os quais quis alertar o Governo para que sejam encontradas as soluções adequadas.

Disse.

Obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

De saudação, costumam ser as primeiras palavras de quem sobe a esta tribuna em início de legislatura.

As minhas primeiras palavras não o vão ser!

Vão ser, antes, uma declaração de guerra.

Declaração de guerra à mentira, à deturpação dos factos, à calúnia, à ofensa gratuita mas malévola, à injúria a esta Assembleia, em que se tem vindo a desbragar, sem pudor nem reboço, o mesmo presidente do defunto IV Governo Regional e do mal-formado e mal-nascido V Governo.

O auto-intitulado "mordomo" dos Açores desperdiçou boa parte da sua actividade política dos últimos 15 meses do anterior Governo, a difamar, a caluniar, a injuriar esta Assembleia.

Continuou a fazê-lo durante a campanha eleitoral.

Voltou a repetir este procedimento, em sessão partidária, aberta à Comunicação Social, em Ponta Delgada, precisamente na véspera da Sessão Solene de abertura desta Assembleia, na Horta, para que as suas palavras, denegrindo a imagem desta Assembleia, concorressem, na comunicação social, com as inevitáveis palavras de enaltecimento desta instituição nos discursos oficiais da Sessão Solene.

E mais uma vez, conseguiu-o.

O que não é, nem difícil, nem especialmente meritório.

Qualquer demagogo barato ou mau jornalista o consegue.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Durante a fase terminal do IV Governo, o seu Presidente mentiu...

Deputado António Silveira (PSD): Tu é que estás a mentir!

O Orador: ... e mandou mentir sobre as alterações ao Orçamento para 1992.

Mentiu e mandou mentir sobre as alterações ao Plano aprovadas nesta Assembleia.

Mentiu e mandou mentir sobre as consequências daquelas alterações na atribuição de subsídios.

Desrespeitou e mandou desrespeitar todas as decisões desta Assembleia que contrariassem a sua pretensa soberana vontade.

Deu-se mesmo ao desplante de afirmar que **"uma maioria irresponsável à solta, aprovou leis extremamente penalizantes para o interesse regional"**.

Aí vão alguns exemplos, tirados do decreto legislativo do orçamento para este ano.

A redução **"do número de unidades orgânicas dos departamentos centrais do Governo Regional, designadamente direcções regionais, direcções de serviço e divisões, e a travagem da excessiva departamentalização ocorrida nos últimos anos"**, é uma delas.

Era tão ruínosa para o interesse regional, esta disposição, que o IV Governo nunca a aplicou, mas aparece como uma das grandes inovações políticas do V Governo! Pasmai, oh gentes! O que era mau no IV Governo para ser aplicado por obrigação, é bom para ser apresentado no V, como inovação!

Vozes da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O IV Governo Regional ficou obrigado, por iniciativa da maioria irresponsável, **"a apresentar uma proposta de decreto legislativo regional contendo as disposições atinentes ao controlo rigoroso e eficaz dos subsídios atribuídos pelo Governo Regional"**.

Neste caso concreto, a irresponsabilidade da tal "maioria" negregada, foi tão grande que o IV Governo não a cumpriu, nem o V mostra, no seu programa, qualquer intenção de o fazer.

Acrescente-se que, para cúmulo, esta irresponsabilidade, é exactamente a mesma que a Secção Regional do Tribunal de Contas, todos os anos, desde 1987, vem, sem qualquer efeito, impondo aos Governos Regionais.

Convenhamos que é irresponsabilidade a mais !

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não ficaram por aqui as enormidades e tropelias cometidas pela tal "irresponsável maioria!

Imaginem só que em texto de lei, obrigou o desvalido IV Governo, aos seguintes vexames:

- Informar, trimestralmente, a Assembleia, das medidas de redução das unidades orgânicas dos departamentos do IV Governo.

- Enviar, mensalmente, à Comissão de Finanças e Planeamento desta Assembleia, **"uma relação nominal do montante dos subsídios concedidos e seu cabimento orçamental"**

- Remeter à Comissão de Política Geral desta Assembleia **"o cadastro actualizado e completo dos veículos automóveis ligeiros ao serviço da administração directa e indirecta da Região"**.

- Submeter à apreciação da Comissão de Política Geral o programa de divulgação junto da população, da regulamentação para o uso de viaturas e outros bens públicos, que o IV Governo estava obrigado a preparar por força do seu programa, mas que nunca cumpriu.

- A redução, até um milhão de contos, nos gastos correntes com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no País e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas. Irresponsável! Mas não só! Louca, verdadeiramente louca maioria aquela que ousou pôr a Assembleia a fiscalizar, e a administração regional, a poupar!

Tanta ousadia e loucura era intolerável! Havia que por-lhe cobro.

Assim o começou a fazer o Presidente do Governo, não cumprindo nenhuma daquelas medidas ou quando não as podia evitar, elas apareciam como iniciativas do Governo.

Exemplo mais flagrante deste expediente foi o projecto de apoio aos produtores de leite, destinado a cobrir parcialmente as dívidas de unidades fabris de lacticínios aos lavradores .

O projecto foi dotado com 350.000 contos no programa de desenvolvimento agrícola do Plano e o Governo aplicou a verba mas sem qualquer referência à decisão da Assembleia.

Mais do que isto.

Havia que denunciar o clima de verdadeira insânia política que se vivia na Assembleia Regional nas mãos dos energúmenos da oposição.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Alguns, alguns!

O Orador: O período de campanha eleitoral era o momento próprio.

O líder do PSD não o desperdiçou.

Um exemplo, apenas.

Em entrevista a um semanário do Continente, em Março, historiando à sua maneira os acontecimentos políticos da IV Legislatura, termina uma das respostas dizendo que **"em Maio do ano passado, saiu um dos nossos deputados para a oposição, o que nos fez perder a maioria absoluta no Parlamento. No entanto, conseguimos assegurar a estabilidade governativa"**.

Insistindo a jornalista, se ele não achava que essa situação provava que a maioria absoluta não era condição necessária para o bom funcionamento de um governo, ele tem a desfaçatez de dar a seguinte resposta:

"Pelo contrário, prova que nós conseguimos andar com as questões da administração ordinária, mas as questões fundamentais tivemos que guardar na gaveta, nomeadamente o processo das privatizações.

Eu leio outra vez, para não pensarem que estão a sonhar.

Tivemos que guardar questões fundamentais na gaveta, nomeadamente o processo de privatizações.

E seguia:

Sem maioria no Parlamento, as propostas que para lá mandávamos ou não tinham andamento ou eram definitivamente alteradas"

Confesso que não sei com o que mais me deva espantar!

Se, com a inegável capacidade de, em tão poucas palavras, alterar radicalmente a história e os factos, se com a capacidade de mentir, sem vergonha nem disfarce, da primeira à última afirmação.

Confirmemos, caso a caso, o estendal da mentira e da calúnia.

1ª afirmação: Apesar de perdermos a maioria absoluta, garantimos a estabilidade!

E o mesmo personagem que, na altura que anda a reclamar dos açorianos, maioria absoluta como condição de estabilidade, que se atribui os méritos da estabilidade conseguida quando estava ... em minoria.

Afinal, Ele é que se considera o Alfa e o Ómega da estabilidade. Quando tem maioria absoluta... porque tem maioria absoluta. Quando não tem maioria absoluta... precisamente porque não tem maioria absoluta.

Identificado com o poder de tal modo que não consegue explicar os factos senão numa perspectiva "egocêntrica", é incapaz de reconhecer que se, durante a IV Legislatura se mudou de maioria absoluta, mas se manteve a estabilidade é porque a "nova" maioria absoluta a quis tal como a "antiga" a quisera.

É evidente, para quem não pretenda pôr à força, a história a girar à sua volta, que o mérito da estabilidade mantida até ao fim da anterior legislatura, se deveu à decisão da oposição, maioritária no parlamento, de respeitar o sentido do voto democrático dado nas urnas pelos açorianos em 1988 .

Mais espantosa ainda, é a segunda afirmação.

Por estar em minoria no parlamento, o IV Governo teve de meter na gaveta questões fundamentais como as privatizações!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos grandes mistérios e segredos da actuação do anterior Governo foi, durante três anos e meio, a sua política de privatizações e alienação de participações.

Em 1989, 90 e 91 a única medida tomada neste domínio, foi a aprovação do programa de Governo em que se proclamava que **"No quadro português e europeu em que nos inserimos, é chegada a hora das privatizações"**

Nada mais se fez... a não ser aquilo que é hábito os governos decidirem quando nada pretendem fazer. Encomendou-se um estudo prévio?

Mas todos julgávamos que o segredo e o mistério da política de não privatizações do IV Governo tinham sido desvendados com a Resolução 79/92 de 30 de Abril.

Curiosamente, exactamente, a meio de tal período "negro" de domínio da maioria irresponsável!

Nesta resolução, a Presidência do Governo explicava (parecia explicar) todos os quês e porquês do processo de privatizações e alienação de participações referia toda a legislação que as regula, todas as entidades participantes, reafirmava os seus objectivos e modalidades, aprovando os respectivos programas e suas fases.

Trata-se de uma longa resolução com 6 pormenorizados considerandos e 5 pontos, desdobrando-se em 15 alíneas, que parecia tornar claro o passado, o presente e o futuro em matéria de privatizações e alienação de participações financeiras da Região.

Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Membro do Governo, não dizia tudo aquela resolução.

Foi preciso esperar pelo dia 2 de Outubro por uma entrevista do líder do PSD a um semanário, para ficarmos a saber que a culpa de as privatizações terem ficado na gaveta do IV Governo...era desta Assembleia Regional.

Por sinal, a única entidade que, como se reafirma na citada resolução, fez tudo o que lhe competia neste domínio, - aprovar o Programa do Governo!

É simplesmente espantoso!

De qualquer maneira, a maior mentira política de 92, está encontrada! O seu autor é ... "O mordomo".

Deputado José Maria Bairos (PSD): Mais respeitinho!

O Orador: A terceira afirmação caluniosa - as propostas do Governo ou não tinham andamento ou eram alteradas - não merece refutação em pormenor agora, porque vou fazê-la mais adiante.

Mas, para comprovar que a sua primeira parte não tem fundamento, basta constatar que ao contrário do que aconteceu em legislaturas anteriores, na IV Legislatura, a Assembleia até aprovou, por proposta do PS, uma resolução para que todas as iniciativas legislativas presentes nas Comissões subissem a plenário. E assim aconteceu.

E quanto à segunda parte, é pura cretinice ou má fé.

Embora, na minha opinião, aquelas afirmações sejam indesculpáveis a qualquer título. Primeiro, porque não correspondem à verdade. Segundo, porque redundam em desprestígio da Assembleia como instituição e não da maioria política que a dominou; Mas, podiam contar, ao menos, com a atenuante de serem proferidas durante a campanha eleitoral.

contudo, nem o termo da campanha eleitoral conseguiu moderar os desmandos e exageros verbais do Presidente do Governo contra a Assembleia Regional. Decididamente parece estar determinado a comportar-se como o seu maior detractor e inimigo.

Estrategicamente, escolhe a véspera da abertura solene da Assembleia, para continuar a sua obra de demolição. Reúne uma plateia de militantes do PSD, em Ponta Delgada, para criticar "**a actuação do órgão legislativo do arquipélago**" (sic, vide jornais regionais e nacionais do passado dia 11)

Em resumo, falou e disse:

1. O reforço dos poderes do Governo Regional em detrimento dos poderes da Assembleia é uma das principais (sic) "**reformas profundas do sistema autonómico, para que a região tenha garantias de governabilidade**"

2. Revelou ainda à sua plateia de militantes (sic) "**que o Parlamento Regional tem prejudicado a eficácia da acção governamental**".

Segundo narram os jornais, teria acrescentado:

(cito) **"A título de exemplo dos obstáculos que seriam criados à administração pelo Parlamento, Mota Amaral afirmou que uma lei que tenha de passar pela Assembleia pode levar mais de seis meses a ser publicada e a produzir efeitos. Ora, concluiu, é preciso equipar a Região Autónoma com meios para agir com rapidez".**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Como é evidente, esta acusação da demora de 6 meses, só faz sentido, no contexto em que é apresentada pelo seu autor, se preencher três requisitos:

1. A Assembleia Regional é que é responsável pela demora.

Com certeza que não podem estar a ser incluídos os tempos gastos para a assinatura do Ministro da República ou da Imprensa Nacional/Casa da Moeda para a publicação no Diário da República. Porque não são daí responsabilidades da Assembleia e porque o Governo também, se tem de submeter a eles.

2. O Governo Regional, nos diplomas regulamentares que até aqui são da sua responsabilidade tem sido modelo de rapidez e eficiência. Não sei por ironia, se não. Não é por ironia.

Os números mostram ao contrário. Ainda ontem na rádio, às 8 horas, era que a Associação Agrícola de S. Miguel se queixava que a regulamentação da quota leiteira estava atrasada um ano.

3. Modelar igualmente, tem sido a rapidez e eficácia do Governo na apresentação na Assembleia de propostas de adaptação de legislação nacional.

Contra factos não há argumentos, costuma dizer-se.

Contra os factos deturpados, pelo "mordomo", aqui vão os factos verdadeiros da história da anterior legislatura desta Assembleia.

Em 1989, 90, 91 e 92 foram aprovados por esta Assembleia 92 decretos legislativos regionais.

Para se avaliar e ajuizar, do bem ou mal fundado da acusação da demora de 6 meses, basta verificar quanto tempo a Assembleia deixou decorrer entre a

data da entrada das propostas ou projectos e a data da sua apreciação em plenário.

O que é que se constata? O seguinte:

- Que 32 daqueles 92 diplomas, isto é, 35% foram aprovados no prazo de um mês ou menos.
- Que 20 daqueles 92 diplomas, isto é, 22%, foram aprovados em dois meses.
- Que 19 daqueles 92 diplomas, isto é, 20%, foram aprovado em três meses.

O que significa que 71 diplomas de 92, ou seja, 77 % do total de decretos legislativos foram aprovados por esta Assembleia num prazo igual ou inferior a 3 meses.

Ficam os restantes 21 diplomas, isto é, 23%. Destes, 9 levaram 3 a 5 meses; 10, de 6 a 11 meses e 2 levaram 2/3 anos.

É claro que o caso destes últimos 12 diplomas, com demoras de 6 meses a dois anos, são situações excepcionais explicáveis ou pela natureza dos assuntos, ou pelas condições anormais que rodearam a sua discussão em Comissão. Na maioria dos casos nem são propostas do Governo (subsídio de insularidade, apoio aos estudantes do complementar, zona protegidas de Vila do Porto, etc) ou sendo-o, foram retirados e depois retomados (regime de preços que acompanhou nesta Assembleia quase as 3 mudanças de Secretário) ou aguardaram a aprovação de legislação nacional o caso da orgânica do planeamento.

Em todo o caso, de nenhuma forma justificam a descabelada acusação de, por causa deles, a Assembleia "**não garantir governabilidade à Região**", **nem o rótulo de "parlamentarismo serôdio"**.

Serôdio e sem fundamento é a má fé de quem sempre mostrou ter uma concepção "**municipalista**" desta Assembleia.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não apoiado!

O Orador: Concepção e acusação que, ainda menos se justifica, quando se comprova que a simples alteração da periodicidade das reuniões plenárias

desta Assembleia, passando-as para uma média de 7 ou 8 períodos legislativos anuais, em vez dos actuais 5/6, alteraria notoriamente aqueles prazos.

Na verdade, constata-se que existe um "**tempo morto**" que em média anda por 1 mês. As contas também estão feitas, mas eu não vou maçar V. Exas., com as contas. Mas em média um mês entre o tempo gasto na emissão dos pareceres pelas comissões - que, em bom rigor, é o tempo exigido para apreciação dos diplomas - e a aprovação em plenário que não ocorre mais cedo apenas por rotina de uma tradição antiga.

É isto mesmo que os números revelam.

Dos já referidos 92 diplomas, 48, isto é, 52% tiveram parecer em menos de um mês; 20, isto é, 22%, em menos de dois meses e 11, isto é, 12% em três meses.

A percentagem global para três meses é de 86% de todos os diplomas, isto é, um total de 79.

Restam em 4 anos e em 92 decretos legislativos, 13, isto é a magra percentagem de 12% para alimento do vesgo preconceito "amaralista" contra esta Assembleia.

Provavelmente, será o suficiente para um ódio velho que não cansa nem desarma, mas o PS pensa que é muito pouco para justificar uma campanha para alteração de um sistema de separação de poderes que durante 16 anos funcionou de forma perfeitamente satisfatória.

É assunto a que voltarei. E eu que até podia continuar, tenho aqui os números para mostrar que com o Governo Regional que reclama para si mais competências legislativas, porque necessita de agir com rapidez os números sobre decretos regulamentares, que é a competência que o Governo neste momento tem ou sobre a aplicação de apresentação nesta Assembleia de propostas de aplicação à Região. Esses números mostram em anos sucessivos que o que se passa com o Governo é precisamente o contrário daquilo que se passa nesta Assembleia.

Mas eu não sou sádico, não quero massacrar mais V. Exas..

Deixo esses números para a discussão ou para outra oportunidade.

Por hoje, contento-me com terminar com as palavras isentas de um jornalista.

Em 12 do corrente, sob o título "**Quem diria?**" escrevia-se no "**Diário de Notícias**":

"Leio a notícia e não acredito: Mota Amaral está convencido que o Parlamento açoriano tem prejudicado a eficácia governativa do seu executivo".

Pelos vistos, levou a sério de mais, o seu próprio "slogan" de campanha, quando se apropriou das vestes de Cavaco.

Só que, pelo andar da carruagem, ainda o veremos a lançar alguns impropérios contra o Ministro da República, o Tribunal de Contas e o Tribunal Constitucional.

Quem diria? Passado o susto inicial que a candidatura do independente Mário Machado lhe provocou, o líder social democrata açoriano, afinal "ajardinou-se"...

Quem diria?, pergunto eu.

Por mim, e por hoje.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e PCP)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): É para pedir esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Início esta minha intervenção, agradecendo ao Sr. Deputado Dionísio Sousa a oportunidade que me deu de confirmar a tese que há pouco apresentei.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Você apresentou o quê?

Desculpe é que eu não percebi.

O Orador: A tese que há pouco defendia, da vossa orientação política.

Agradeço-lhe, porque já algum jornalista com formação socialista, já se tinha preparado para dizer que depois do discurso do líder parlamentar do Partido Socialista, que foi - e continua a ser - um discurso sério e educado, suado...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O meu é "soft".

O Orador: ...e apareceu logo alguém da bancada do PSD para ferir a dignidade desta Casa. Preparava-se, imediatamente, para fazer essa acusação.

Eu tenho de agradecer-lhe, porque constatamos que, de facto, o Partido Socialista pôs como líder um homem bom. E reconheço que o é.

Mas não há dúvida de que aquela imagem que eu dei dos "lobos" e dos "cordeiros", confirmou-se. E a cancela era tão pequenina, que não houve tempo de suportar e, imediatamente, V. Ex^a (Sr. Deputado Dionísio de Sousa) saltou, usando um discurso com uma linguagem a que já nos habituou e que registamos como sendo uma declaração de guerra. Mas para haver guerra, é preciso que a outra parte queira. E nós achamos que o adversário, principalmente protagonizado na pessoa de V. Ex^a, é tão fraco que nós não fazemos guerra. Somos pela paz.

Por isso, resta-me não só protestar pelas referências que foram feitas ao Sr. Presidente do Governo, o qual está mandatado, não só pelo povo e o Sr. Deputado sabe muito bem. E eu também não quero falar em números pois isso fica para si. Mas são cerca de 19 mil 600 e tal votos de diferença, entre o PS e o PSD.

Por outro lado, gostaria de recomendar ao Sr. Deputado Manuel Serpa que escrevesse uma carta, e nesta talvez pudesse usar algumas palavras que V. Ex^a usou, recentemente, quando alguém do Partido Socialista tomou uma posição pública. Palavras como **desautorizar**, podiam servir ao Sr. Deputado Manuel Serpa. Pois o que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa fez,

foi desautorizar o seu líder parlamentar. É verdade que V. Ex^a deve pensar que ainda é o líder parlamentar. Mas por aquilo que vejo, foi destituído.

Mas como eu ia dizendo, V. Ex^a devia inspirar-se em palavras ditas nesta carta, a qual eu não quero citar (incoerência, desautorizar), no entanto V. Ex^a disparou publicamente e "à queima roupa" - é o termo certo.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse, pois o seu tempo esgotou-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para prestar esclarecimentos.

Dispõe ainda de 2 minutos e alguns segundos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em 12 anos de Assembleia, repete-se sempre a mesma cena.

Há uma determinada forma que se usa, há determinadas ideias que se trazem ao Plenário e o PSD comete sempre o mesmo erro: pega sempre no mesmo lixo. Não podendo refutar nem rebater **uma única ideia**, um único dos factos, uma única das intervenções que foram proferidas. Cai sempre no mesmo engodo. Mas o engodo é atirado de propósito. Assim, morre a crítica sem qualquer fundamento e permanecem as ideias. A linguagem serve é para isso, ou seja, para transmitir as ideias com força, com peso e com verdade.

Sobre a verdade, V. Ex^a. nada disse, porque nada tinha a dizer. Fez divagações, fez aquele triste papel que lhe é reservado e que eu julgava que teria apenas assinado um papel. Mas, afinal, assinou mais do que um papel. O papel de, "contra tudo e contra todos", usar sempre a mesma forma e não atingir nunca nenhum conteúdo.

Eu desafio o Sr. Deputado, a sua bancada, o Sr. Presidente do Governo, que se diz que foi atingido, pegarem e refutarem algumas das afirmações que aqui foram referidas, **com números**, com factos e com a demonstração de que, por trás da atitude do vosso líder - o Presidente do Governo Regional - está uma ideia sistemática: reduzir à sua expressão mais simples, se possível à inexistência, esta Assembleia.

Isso está comprovadíssimo e é assunto a que havemos de voltar. Mas é este o assunto que me interessa que aqui fique salientado. Esta ideia foi rebatida a partir de factos, a partir da verdade, não foi contraditada porque não pode ser.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Melo (PSD): Vai ser!

Presidente: Há um requerimento na Mesa, no sentido de se prolongar o Período de Antes da Ordem do Dia. E nessa circunstância, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Serpa para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É evidente que eu já esperava que a reacção do Grupo Parlamentar do PSD, através da palavra do Sr. Deputado Rui Melo, fosse essa.

Só que neste Casa os estilos das pessoas têm que ser respeitados. E não só nesta bancada, como também na vossa. Os estilos são diferentes. Mas o que é preocupante, Sr. Deputado, é que o Deputado Dionísio de Sousa tenha trazido a esta Casa um contributo excepcional para reflexão (que trouxe!) a bem do prestígio desta Assembleia e da sua dignificação, que parece querer ser "beliscada", e ninguém da sua bancada refutou as suas afirmações! Isso é que é grave e preocupante!

Lateralmente começam-se com pequenas coisas, para desviar a atenção. Veio trazer a esta Assembleia um problema importante, fundamental, que tem de ser analisado e reflectido.

Era bom que todos os Deputados desta Casa, com o seu próprio estilo o fizessem, dentro das regras que devem pautar a nossa conduta aqui dentro.

Eu não poderia passar sem dizer isto.

Deputado António Silveira (PSD): Também não disseste nada.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): É para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que quanto à primeira parte já estamos esclarecidos. Vamos agora à segunda parte que é, de facto, a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

A intervenção do Sr. Deputado vem carregada de ódio. É uma intervenção constantemente adjectivada. É aquilo a que eu chamei, na minha intervenção inicial, "cantigas de escárnio e mal-dizer". E para prestigiar esta Casa, quando se quiser falar em assuntos sérios, nós também sabêmo-lo fazer.

Se o Sr. Deputado Dionísio de Sousa quer analisar esses pressupostos, apresenta-os sem ironizar, sem desprestigiar a figura do Sr. Presidente do Governo, constantemente, parágrafo a parágrafo. Isso é que não pode ser chamado de **sério**.

Nós constatámos duas questões de princípio, na intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, uma é o facto do PS defender a **Parlamentarização do Governo**.

O PSD já afirmou que é contra e que rejeita a parlamentarização do Governo. Como também rejeita o princípio de o Governo querer governamentalizar a Assembleia. Nós rejeitamos isso. E não fazemos só conversa sobre isso. Nós protestamos e no nosso dia a dia fiscalizamos para que isso não aconteça.

Deputado Fernando Fonte (PS): Vê-se, vê-se!

O Orador: O Partido Socialista a tentar a parlamentarização do Governo e nós a rejeitar constantemente. É isto que tem que ficar claro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, naturalmente para prestar esclarecimentos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há, efectivamente, abusos de linguagem que são condenáveis. Esse da parlamentarização do Governo.

Mas o que é que está na Constituição, o que é que está no Estatuto?

O Sr. Deputado não sabe? Os Srs. Deputados da maioria não sabem que a Constituição define este regime autonómico como um regime parlamentar puro, em que o Governo Regional não tem determinados poderes; não tem poder legislativo em que é responsável, exclusivamente, perante esta Assembleia.

A que é que os Srs. chamam "parlamentarização"?

É uma ficção, uma pura ficção! Um puro jogo de palavras que os Srs. inventam para alterarem aquilo que está na Constituição.

Pior ainda: enganam o povo açoriano, dizendo que o vão fazer na revisão do Estatuto, como se fosse aquilo que ora chamam de clarificação de competências entre Governo e Assembleia Regional, ou aquilo que por vezes chamam de "reequilíbrio de competências" entre os dois poderes.

A clarificação está feita. Não pode ser mais rigorosa e precisa.

A Assembleia tem determinados poderes e o Governo tem outros poderes. Não há que fugir deste esquema. Há é que, na prática política, dotar esta Assembleia, por exemplo. E isto, não vejo que surja em qualquer decisão sobre a urgência em que V. Exas. redescobrem, no V Governo, a revisão do Estatuto. Uma das urgências que existe, é aplicar a esta Assembleia, os apoios técnicos que estão previstos na Constituição (previstos para os grupos parlamentares da Assembleia Legislativa Regional e que existem na Assembleia da República), mas que nas Assembleias Regionais, nomeadamente nesta, não são aplicados por falta de regulamentação.

E todo o discurso do Dr. Mota Amaral - por isso tenho que trazê-lo aqui com a denúncia vigorosa e violenta - é repetitivo. E foi isso que ficou claríssimo quando esta Assembleia foi humilhada na véspera da sua sessão solene. Exactamente, para que a comunicação social voltasse a "martelar e a deformar" toda a perspectiva e o papel que esta Casa desempenha no regime autonómico.

Isto tem que ser denunciado e não pode sê-lo com palavras doces ou meigas, por mais que vos desagrade.

É denunciar pelos factos, e eu denunciei através deles, e voltarei a denunciá-los aqui, através da teoria que é deturpada e deformada, precisamente para fazer vingar uma concepção de menoridade, ou seja, para constitucionalizar ou meter no Estatuto, aquela perspectiva e aquela prática que esta maioria, nomeadamente o seu Presidente, sempre quiseram para esta Assembleia. Ou seja, que esta não teria competências para modificar, nem os planos regionais nem o programa do Governo nem qualquer competência, a não ser um simples órgão consultivo que se reunia de tempos a tempos.

É a isto que eu chamo a "tradição conservadorista" e que é comprovada, historicamente, porque não se deve a essa posição nenhuns dados recentes da actividade desta Assembleia. A actividade desta desmente qualquer manifestação de "parlamentarismo serôdio" ou ineficaz. E são estas considerações sobre esta Assembleia que eu considero inaceitáveis. Têm de ser denunciadas e não podem continuar sem ser claramente rebatidas, como o foram, papel que continuarei a fazer na minha linguagem, no meu estilo, porque é essa linguagem e esse estilo que o povo dos Açores, que me elege em eleições sucessivas, quer que eu traga aqui.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): É para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Eu vou dar-lhe a palavra, de qualquer modo gostaria de relembrar aquilo que está estabelecido no nosso Regimento e que se refere ao tempo global dos pedidos e da prestação de esclarecimentos, feita a propósito destes debates. Para além do Regimento abalizar, temporalmente, cada intervenção por volta dos 3 minutos, também refere que o tempo global para pedidos de esclarecimento sobre a mesma matéria, se confine aos 10 minutos. E para que a gente não perca de vista estas regras, agradeça-lhe que tivesse em conta este factor, a quando da sua intervenção.

Deputado Rui Melo (PSD): Então eu pediria ao Sr. Presidente para alterar a figura regimental, ou seja, para usar o artigo 103º - reacção contra ofensas à honra ou consideração.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa falou em várias partes da sua intervenção e eu gostaria de precisar algumas das suas ideias focadas que não têm nada a ver com este Parlamento.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a utilização da palavra para a defesa da honra e o Sr. Deputado Carlos César chamou-me, entretanto, a atenção para isso. Tratando-se dessa figura de defesa da honra, o Sr. Deputado tem que dar conta à Câmara em que aspectos é que viu a sua honra molestada.

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa ofendeu a minha honra quando, a certa altura, tentou enquadrar esta Assembleia, nalgumas afirmações do Sr. Presidente do Governo acerca da mesma sobre a IV Legislatura que agora terminou.

Foram aos últimos dois anos desta Assembleia, que o Sr. Presidente do Governo se referiu.

Esta Assembleia que agora iniciou nova legislatura, tem regras novas, tem pressupostos novos, tem uma maioria nova e por isso há-de ser diferente.

Foi por isso que me senti ofendido e, conseqüentemente, tive que reagir, pois não é verdade o enquadramento que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa fez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma intervenção.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Na sequência de eleições livres e democráticas, eis-nos a iniciar, de facto, a V Legislatura do Parlamento dos Açores.

E na pessoa de cada um dos Senhores Deputados, saúdo o Povo dos Açores, tão amplamente representado nesta Assembleia Legislativa, lugar privilegiado para o debate de ideias; de perspectivas sobre o nosso futuro; de análise dos problemas de cada uma das nossas ilhas; de quebra de barreiras para a concretização do entendimento colectivo, objectivando uma visão de espaços conjuntos.

É por aqui que passam as grandes linhas de desenvolvimento, numa exigência contínua de justiça social e de dignidade, com vista a atenuar e, porque não dizê-lo?, ultrapassar, de uma vez por todas, os patamares que nos distanciam ainda de melhores níveis de qualidade de vida.

É por aqui que devem ser equacionadas as grandes questões que dizem directamente respeito ao Povo que representamos.

É aqui que o conceito de Autonomia se enriquece numa dinâmica de progresso e de aperfeiçoamento constante, numa exorcização também contínua dos fantasmas criados por um espírito centralista, sempre latente em cada vez que os Açorianos pretendem chamar a si a resolução directa dos seus problemas, numa opção sublime, tão bem traduzida na expressão "a livre administração dos Açores pelos Açorianos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Um dos grande problemas do nosso tempo e que, infelizmente, já marca negativamente a comunidade insular, prende-se com o tráfico e consumo de estupefacientes, que está a corroer lenta e gradualmente, grande parte da nossa juventude.

Uma juventude que se quer generosa, preparada para assumir responsabilidades e dar continuidade ao processo autonómico, corre o risco da toxico-dependência e, por via disso, contribuir para uma sociedade doentia, fraca, sem vontade própria, permeável a uma inversão de valores que submetem a vertente humanista e até a razão da existência do homem.

As recentes apreensões de grandes quantidades de produtos englobados na designação genérica de "droga", levadas a efeito pela Polícia Judiciária, mais não são do que uma pequena ponta do "iceberg", que ameaça a nossa juventude no dia a dia.

Com a indiferença de muitos pais, educadores e das próprias entidades com responsabilidades directas ou indirectas, estamos a contribuir para que se alastre a tóxico-dependência de muitos homens e mulheres do amanhã, que se quer, acreditem eivado de esperança.

A droga já chegou às Escolas Preparatórias e há crianças de 10 de 11 anos que chegam a casa aterrorizadas pelas ameaças de adolescentes traficantes, que querem aliciá-los para o consumo de estupefacientes.

Oferecem o primeiro cigarro, o segundo e o terceiro, até terem a potencial vítima a sangrar nas garras do vício.

Não temos, na sociedade em que vivemos, defesas suficientes para os nossos filhos, para além da constante informação e do esforço diário do alerta.

Pais e educadores conscientes andam com o "credo" na boca, num "stress" magoado de sobressalto feito.

A repressão, por si só, está provado, não dá resultado.

É preciso mudar de rumo. É preciso criar a consciência colectiva do combate à degradação das nossas crianças. Da nossa juventude.

Dizer alto e em bom som, ao Governo dos Açores e a todos os responsáveis, que assumam uma política de educação e de prevenção.

É preciso formar, com cabeça, tronco e membros, os Auxiliares de Acção Educativa, para que não fiquem indiferentes aos pedidos de protecção de uma criança, ameaçada por sub-agentes de traficantes criminosos.

É preciso uma política de juventude a sério, com programas de ocupação de tempos livres aliciantes, fomentando, igualmente, actividades circum-escolares.

é preciso criar apoios de várias ordens, para que se mantenha a família como cerne da acção educativa, evitando a sua desagregação e a sequente promiscuidade moral.

É preciso saber quanto e quais as razões pelas quais os nossos jovens se drogam.

É preciso pensar-se, seriamente, na criação de centros de atendimento para tóxico-dependentes e para aqueles segmentos que se encontram em risco potencial de consumo.

É preciso não remeter apenas para programas nacionais ou para a agora criada Alta Autoridade Contra a Droga a responsabilidade de resolver os problemas que nos dizem mais directamente respeito.

É preciso acabar com a pseudo cultura, que funciona mais como alienação sistemática dos valores e dos objectivos do futuro, do que, concretamente, com formação intelectual, com o despertar para os aliciantes que a vida tem, com a consciencialização do papel que cada um desempenha na nossa comunidade insular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Com uma forte componente mediática, iniciou-se ontem a Semana Europeia contra a Droga.

Na Região Autónoma, ficámo-nos pela distribuição de um prospecto e por uma ligeira abordagem do problema nas escolas.

Convenhamos que é pouco. Muito pouco, mesmo.

A sensação que nos fica, é que a Região parece ser apanhada de surpresa com essas iniciativas europeias, ou, mais grave ainda, fica indiferente a uma problemática porque "quicá", considera que o fenómeno não atingiu, ainda, grandes dimensões.

Os Deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores são, creio, na sua maioria, pais. E pais conscientes.

Caberá, também, a cada um de nós, especiais responsabilidades nesta matéria e não me repugna deixar à consideração de Vossas Excelências, a possibilidade de se criar, no âmbito do Parlamento da Região Autónoma,

uma Comissão Especial que elabore relatórios periódicos sobre a situação de tóxico-dependência da juventude açoriana, que estabeleça diálogo com organismos ligados ao problema, que tome contacto com estabelecimentos de recuperação de toxicómanos, que proponha medidas de prevenção e de recuperação.

Face às proporções alarmantes da dependência de estupefacientes por parte dos nossos jovens e as respectivas envolvências nos campos da criminalidade e da prostituição juvenil, é que deixo aqui, publicamente, as minhas reflexões e preocupações sobre um problema perante o qual ninguém pode ficar indiferente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ninguém, repito, pode ficar indiferente.

Ninguém...

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Deputado Manuel Serpa

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em nome do Grupo Parlamentar do PS, eu queria congratular-me com a intervenção acabada de proferir pelo Sr. Deputado Jorge Cabral, que aflora um tema deveras preocupante para a sociedade açoriana não só mas também para o mundo inteiro. Mas concretamente em relação à sociedade açoriana, o PS está preocupado e nós aceitamos a sugestão da criação duma comissão. Penso que será nossa obrigação darmos o melhor que temos e congregar esforços, no sentido do contributo eficaz que esta Assembleia pode dar numa problemática que começa, de facto, a preocupar não só os pais responsáveis, não só as pessoas que entendem, mas pode tocar, até, as imagens da sociedade e criar problemas irreversíveis.

Por isso, nós estamos de acordo, felicitamo-lo pela sua intervenção e a nossa colaboração será total.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Eu pediria ao Partido Social Democrata que me indicasse o Sr. Deputado que ocupará o seu lugar durante esta Sessão.

(Nesse momento o Deputado Manuel Brasil, foi substituído pelo Deputado José Ramos Aguiar que passou a secretariar a Mesa da ALRA).

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A 11 de Outubro de 1992, o povo do círculo eleitoral pelo qual fui eleito, a ilha de São Jorge, contribuiu livremente e de forma inequívoca para que o órgão supremo e garante da Autonomia - a Assembleia Legislativa Regional - continuasse rumo ao progresso, através de uma dinâmica renovada com base em nova ordem democrática estabelecida.

O desafio que então se apresentava era tentador, o objectivo nobre e para resolução dos problemas regionais surgiam várias propostas de governo.

O povo açoriano, de modo geral e o jorgense em particular escolheu as propostas do PSD, por as considerar mais credíveis, objectivas e sólidas. Baseadas na experiência, competência, honestidade e sobretudo na muita vontade de trabalhar.

Promessas da nossa parte, só uma houve, e, essa simples e sincera, mas feita face a face e olhos nos olhos.

Esta foi a de que durante o nosso mandato (caso fossemos eleitos) trabalharíamos com todas as nossas forças e capacidades, para o bem estar e progresso da nossa ilha.

Nos anseios e aspirações do povo jorgense, constatamos que as prioridades, embora com especificidades próprias da nossa ilha, são

aquelas que o PSD-Açores, apresenta no seu V Programa de Governo, como metas a atingir para o desenvolvimento global da Região.

Ao colocarmos o problema das especificidades, não poderemos deixar de o fazer, sem considerarmos que a ilha de São Jorge, embora na geografia cartográfica, seja a mais central do arquipélago, na geografia física, económica e social, agrupa-se no conjunto das ilhas mais desfavorecidas da Região.

Uma vez que pelo seu sistema orográfico, sua capacidade de solos e superfície agrícola útil (SAU) São Jorge, é uma ilha desfavorecida, que tem no sector agrícola, a sua grande dependência, e esta com base numa monocultura. Sistema este que só é possível vencer e prevalecer, desde que o produto daí resultante tenha homogeneidade, qualidade e características sui generis. Factores estes dependentes por um lado, da natureza que os rodeia e pelo outro, do homem que deve estar devidamente preparado para os manipular através da tecnologia e ensinamentos resultantes da investigação e experimentação desenvolvidas.

Por sua vez São Jorge, mercê da sua peculiaridade orográfica, possui um conjunto admirável de características naturais, que lhe dão um lugar de destaque no património natural da Região. Evidentemente que nos referimos às Fajãs, esses pequeninos ecossistemas, de ambiência e paisagem invulgar. Património este que urge conservar, regulamentar, ordenar e divulgar, através de uma programação racional e eficaz.

Também os transportes e rede viária, numa ilha como a nossa com uma geografia acidentada, são uma aposta que embora onerosa é necessária ao seu desenvolvimento.

E isto, porque se é certo que dois pontos, podem estar próximos, quando se encontram ligados por um segmento de recta, os mesmos podem encontrar-se n vezes mais distantes, quando entre si se intercalam montanhas, ribeiras ou outros acidentes geográficos naturais. Ou quando esse acidente é o mar e do cais do Topo, ao da Calheta, se navega uma hora e desta às Velas outra, com o inconveniente por vezes da borrasca, ou do enjoo, para os

utentes menos marinheiros, que bem poderiam fazer este percurso por terra. Situação que também em nada beneficiam as cargas e mercadorias, que tem muitas vezes de voltar por terra, às proximidades desses portos, com os encargos e incómodos, que isso representa para a população da ilha.

Mas educação, base da formação dos jovens e único e verdadeiro património dos adultos, e cultura património universal, e escala de classificação de um povo. São outros factores, que na nossa ilha, necessitam de correcções nas suas assimetrias, investimento nas suas deficiências e apoio nas suas iniciativas.

Também as pescas, uma actividade geradora de riqueza e o turismo uma indústria do presente e do futuro, surgem como sectores com potencialidades que urge estruturar e dinamizar, como uma proposta de futuro, com futuro para São Jorge.

Não podemos no entanto, nem devemos esquecer que a renovação, o progresso e dinâmica de um povo é feita exclusivamente com suporte na sua juventude. Por isso a juventude jorgense, pródiga na sua generosidade, não deixa de reivindicar celeridade na orientação e apoio, às suas necessidades, projectos, sonhos e ambições.

O que nos leva ainda neste contexto a não deixar de salientar, os jovens diferentes, cujos estabelecimentos de ensino e educação especial, terão de ser tomados em conta, de molde a preparar estes para o futuro, e a integrar os mesmos no mercado de trabalho e no meio social que os rodeia, e a que eles tem perante Deus e os homens direito.

Evidentemente que o ambiente, é sem dúvida outro motivo de preocupação para os jorgenses, especialmente quando uma autêntica jóia ecológica e habitat único das ameijoas no meio do atlântico norte, como é a laguna da Caldeira de Santa Cristo, se encontra deveras ameaçada pelo assoreamento quase constante de que é vítima.

Problema que põe a bela laguna em risco, de breve-mente desaparecer se não for acautelada, a muito curto prazo, por uma acção rápida e eficiente, que evite a verdadeira catástrofe que se avizinha.

Exprimem sem dúvida estes pressupostos, alguns dos anseios e aspirações do povo jorgense, que embora generalizados no Programa do Governo, achamos que devíamos especificar e apresentar a esta Assembleia como vontade manifesta do povo que nos elegeu.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições. Chegámos ao termo do Período de Antes da Ordem do Dia.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos, durante o qual eu pediria aos Srs. presidentes dos grupos parlamentares, ao Sr. Deputado José Bruges e ao Sr. Deputado Paulo Valadão, para nos reunirmos na Sala da Mesa para uma breve conversa.

Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17.25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para podermos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18.10 horas)

Vamos entrar no Período da Ordem do Dia, cujo ponto único é a apresentação do programa do V Governo.

Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, a disciplina que vamos utilizar está sujeita ao regime dos tempos globais.

Os tempos que estão distribuídos para as intervenções e sua globalidade são os seguintes:

Governo - 5 horas.

PSD - 5 horas

PS - 4 horas

CDS - 30 minutos

PCP - 30 minutos.

Isto diz respeito ao debate global do Programa.

Como também é do conhecimento do Srs. Deputados, do ponto de vista regimental, o debate termina com intervenções do Presidente do Governo, dos representantes dos grupos e representações parlamentares e tem uma temporização à parte. E assim, temos:

Governo - 15 minutos

PSD - 15 minutos

PS - 12 minutos

CDS - 8 minutos

PCP - 8 minutos

O processo que vamos utilizar neste nosso debate, será o seguinte:

O Sr. Presidente do Governo fará uma primeira intervenção de apresentação do Programa, a que se seguirá um período em que os Srs. Deputados poderão pedir esclarecimentos sobre o Programa do Governo. Esses esclarecimentos serão respondidos seguidamente, por qualquer Membro do Governo, e depois entraremos nas intervenções próprias do debate.

Creio que estão dadas as ideias gerais sobre o modo como vão decorrer os nossos trabalhos durante estes dias. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção de que neste regime de tempos globais, todas as intervenções, pedidos de esclarecimento, prestação de esclarecimentos, perguntas e respostas, protestos e contraprotostos, tudo isto entra para a contabilização do tempo global.

Vamos dar início aos nossos trabalhos e, assim sendo, daria a palavra ao Sr. Presidente do Governo para fazer a apresentação do Programa.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Na minha primeira intervenção na tribuna da Assembleia Legislativa Regional, no começo da V Legislatura, impõe-se-me saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do alto cargo para que foi eleito.

Saúdo também, com muito prazer, todos os Srs. Deputados, prestando-lhes a minha homenagem, como titulares directos do mandato democrático do Povo Açoriano.

Uma saudação é devida ainda aos Srs. Secretários e Subsecretários Regionais, em nome de quem, como Presidente do Governo, garanto à Assembleia todo o respeito e a mais leal colaboração.

Uma palavra de cumprimento também aos Órgãos de Comunicação Social, cuja actuação livre e responsável, tão importante é para divulgar o conteúdo dos trabalhos parlamentares e, em geral, assegurar a transparência da nossa vida democrática.

Por fim, a saudação muito cordial e amiga a todos os Açorianos, aos que me apoiaram com o seu voto e, também àqueles que não votaram em mim, ou que não votaram de todo, por não quererem, não poderem, ou estarem ausentes, em especial os emigrantes. A todos me comprometo a servir, na arrancada deste meu quinto mandato consecutivo, com o empenho e a dedicação que todos conhecem.

Assim Deus me ajude!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo apresenta à Assembleia Legislativa o seu Programa, a fim de receber dela a investidura, que lhe permitirá assumir a plenitude dos seus poderes constitucionais.

O Programa do V Governo corresponde substancialmente ao Programa Eleitoral de Governo do Partido Social Democrata.

Não poderia ser de outra maneira, num regime de democracia pluralista, que reconhece papel destacado, na disputa e no exercício do Poder, aos partidos políticos.

Os resultados das eleições legislativas regionais, realizadas em 11 de Outubro passado, revelaram o apoio maioritário do eleitorado ao PSD.

O PSD concorreu sozinho às eleições, conforme é seu costume, abrindo embora as suas listas e os respectivos núcleos de apoiantes activos a muitas personalidades independentes.

Em diálogo aberto com a sociedade açoriana, num esforço aturado, que se desenrolou durante muitos meses, procedemos à inventariação dos problemas actuais, à definição de prioridades, à busca de soluções, coerentes com os princípios de liberdade, justiça, e solidariedade, que são timbre da social democracia.

O primeiro acto da campanha eleitoral do PSD foi precisamente a apresentação do Programa Eleitoral de Governo, entretanto aprovado pelos órgãos competentes do Partido, com prévia participação das estruturas de base e de muitos militantes.

As nossas diligências de propaganda junto dos eleitores tiveram por principal conteúdo difundir as propostas programáticas do PSD para um novo mandato de quatro anos.

Não pedimos aos Açorianos e às Açorianas um voto cego.

A todos e todas pedimos que olhassem em redor, abrindo bem os olhos, para a obra feita, de afirmação e de progresso dos Açores, em liberdade e em estabilidade política.

Submetemos-lhes também, para reflexão, as soluções preconizadas para a nova fase, que as eleições legislativas marcam sempre.

Reforçamos as nossas propostas com o crédito, bem merecido, das candidaturas social-democratas.

Assim, num diálogo político honesto e franco, alcançámos a vitória!

A vitória não é, porém, para nós, motivo de triunfalismo vão.

Sabemos, por experiência própria, quanto pesam as responsabilidades do Poder ...

Daí que não disputemos o Poder pelo Poder, pelas suas galas, pela sua glória... mas sim, em atitude de plena maturidade cívica, como um instrumento para servir o bem comum da nossa Terra e do nosso Povo.

Vencedores nas eleições de Outubro, sentimos sobre os nossos ombros o encargo democrático de levar por diante aquilo a que nos comprometemos.

O tempo urge! Quatro anos passam depressa! Digo-o para estimular o Governo e a Maioria que o apoia - e, vá lá, também para animar a Oposição ... Temos de trabalhar todos muito, sem interrupções e sem delongas.

Por isso não hesitei em acelerar a formação e posse do V Governo, uma vez concluído o apuramento dos resultados eleitorais e confirmada inequivocamente a legitimidade democrática do PSD para governar os Açores por mais quatro anos.

Com o esclarecido assentimento do Sr. Ministro da República, e tal como aconteceu em 1980 e em 1984, também agora, em 1992, o Governo tomou posse dias antes da abertura da Assembleia Legislativa Regional.

E tal não significa minimamente desconsideração ao Parlamento...

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Isso é o que o senhor pensa na sua mente perdular, mas tão só plena assunção dos poderes próprios do Governo e compreensão responsável das urgências da acção governativa.

Tanto assim é que a nossa primeira tarefa, imediatamente a seguir à posse, foi aprovar o Programa do Governo e aprontá-lo para apresentação à Assembleia, o que se fez antes ainda de terminado o prazo legal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Nos próximos quatro anos, correspondentes à V Legislatura e ao mandato do V Governo, vai ser determinante para os Açores a envolvente comunitária.

A modernização dos Açores, em curso de realização nesta nova era da Autonomia democrática, abriu as nossas ilhas, irreversivelmente, para o exterior.

Vivemos numa sociedade aberta e portanto numa economia aberta também.

A rápida e livre circulação das ideias, das pessoas, das mercadorias e dos capitais é um dado irrecusável nos nossos dias.

A nossa procurada inserção em espaços mais vastos, liga-nos, antes de mais, às realidades do nosso País.

Como parcela de Portugal estamos, convictamente, na Comunidade Europeia; e aspiramos, com entusiasmo, aos avanços da união económica e da união política, ou seja, à instauração da União Europeia, esboçada no Tratado de Maastricht.

Da Europa temos vindo a receber respostas solidárias, concretizadas em ajudas financeiras e em modulações nas políticas comuns, correspondentes às nossas peculiares condições de insularidade.

O Governo terá na primeira linha das suas prioridades de acção a frente europeia.

O excelente diálogo e cooperação mantidos com os Órgãos de Soberania, em especial com o Governo da República e o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, vão permitir uma boa negociação - boa para os Açores, logo boa também para Portugal no seu todo - do novo Quadro Comunitário de Apoio e de novos Programas Operacionais e de Opções Específicas.

A entrada de Portugal no Sistema Monetário Europeu está exigindo sacrifícios, designadamente quanto à travagem do crescimento dos encargos financeiros do Estado, tendo em vista a redução do peso do sector público na economia e na sociedade.

O Governo está sintonizado, patrioticamente, com estes objectivos de alta relevância nacional.

Este mandato será, pois, marcado por um sério esforço no sentido da estabilização financeira e da redução das despesas públicas.

A redução do número de membros do V Governo aponta já neste sentido. Oportunamente se há-de operar a redução do número de departamentos governamentais e das respectivas direcções regionais e outras unidades orgânicas.

Estou certo que a Assembleia Legislativa não deixará de dar, para incentivo de nós todos, o seu próprio contributo nesta grande tarefa regional e nacional, desde logo reduzindo o número das comissões especializadas e aligeirando os seus próprios procedimentos de trabalho.

(Risos do Deputado Carlos César)

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Isto é fazendo algumas sugestões, que não devem cair em cesto roto, Sr. Deputado.

Dentro desta mesma ordem de preocupações, o Governo proporá, oportunamente, à Assembleia Legislativa a revogação expressa de diplomas marcados por um despesismo infrene, de todo impossíveis de cumprir face ao mais para além da sua justiça intrínseca, face ao mais do que previsível desaparecimento, ou pelo menos drástica redução, de algumas fontes de receita regional, nomeadamente as contrapartidas financeiras decorrentes de tratados internacionais sobre facilidades militares nos Açores.

((Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa))

O Orador: Pelos vistos, o Sr. ainda não tinha percebido isto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não! Não!

O Orador: Vive noutra planeta.

Ninguém estranhará também que, por estas mesmas razões, o Governo reveja as formas de apoio que concede aos mais variados sectores e

actividades, deixando cair algumas delas e remetendo outras para fontes de financiamento alternativas, sem esquecer o mecenato privado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Alastra por todo o Hemisfério Norte um quadro de recessão económica, que não pode deixar de nos preocupar a todos.

Muito piores ainda são as condições no Hemisfério Sul, onde a estagnação e até mesmo o retrocesso económico, se manifestam em larga escala, com o seu habitual cortejo de desemprego, fome, doença e morte.

Há esperanças de que a recuperação se inicie em breve nos Estados Unidos, o que terá reflexos benéficos em toda a Europa.

Temos de prosseguir a nossa caminhada de desenvolvimento, ajustando as expectativas ao panorama dos espaços económicos com que estamos concatenados.

O Governo tem presente o importante papel equilibrador que lhe cabe, devido às condições próprias da nossa peculiar insularidade.

O diálogo com os Parceiros Sociais, desde logo no âmbito do Conselho Regional de Concertação Social, mas mesmo para além dele, com os próprios empresários e trabalhadores, vai ser decisivo para aguentarmos, em clima de forte consenso e estabilidade social, os ajustamentos necessários e, sobretudo, lançarmos, solidariamente, novas iniciativas, que impulsionem os Açores sempre para a frente.

As Autarquias Locais hão-de ter, neste esforço colectivo de progresso, cada vez papel maior.

O Governo pretende que se adoptem na Região, em toda a sua plenitude, os esquemas nacionais de fortalecimento e responsabilização do Poder Local.

Mas os cidadãos têm também de despertar para os novos dados e as novas exigências dos tempos europeus que estamos já vivendo.

A nossa pequena sociedade insular necessitará sempre de esquemas eficazes de solidariedade, para poder usufruir de níveis de bem estar emparelhados com padrões a ela exteriores.

A Constituição do nosso País tem regras precisas sobre este assunto, visando exprimir na prática a dignidade da plena cidadania portuguesa dos Açorianos.

O Tratado de Maastricht também inclui um compromisso de teor análogo, alargado agora à própria dimensão da nova União Europeia.

Mas nisto, nesta solidariedade reside também um tranquilo e exigente desafio às nossas capacidades criativas e de sacrifício, o qual havemos de vencer com honra e brio.

Ou seja: a nossa atitude não pode ser passiva, de repouso amorfo num paternalismo, de qualquer origem ou feitio.

O apetite e impulso de progresso, característico dos Açorianos, que tem estado tão presente nestes anos fascinantes da Autonomia democrática e que há muito floresce nas Comunidades Açorianas do Novo Mundo, vai ter, nestes próximos quatro anos, com nova disciplina e o quadro arrojado de incentivos comunitários, a sua decisiva prova de fogo.

Mas mesmo os sistemas de incentivo têm de passar a revestir maior dinamismo, impulsionando iniciativas viáveis, susceptíveis de se equilibrarem e manterem a si próprias.

Terão de ser rigorosamente seleccionados os casos de dependência permanente de subsídios estatais, em função de considerações de interesse público e de alta relevância para o bem comum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O Governo inclui no seu Programa linhas de actuação genéricas e muitas propostas concretas para todas as áreas de interesse público, que são da sua responsabilidade constitucional.

Queremos, em colaboração com todos os açorianos, modernizar a economia, dinamizar o investimento, promover a criação de riqueza e de novos postos de trabalho.

Temos de vencer as dificuldades da agricultura, no quadro complexo da agricultura nacional e europeia, impulsionar as pescas e a industrialização dos produtos derivados do sector primário.

O turismo e a prestação de outros serviços têm de continuar a crescer, valorizando a posição geográfica dos Açores nas novas perspectivas internacionais, posteriores à derrota do bloco soviético e à queda do comunismo, com o conseqüente fim da "Guerra Fria".

Na educação é preciso realizar novos progressos bem como na saúde e na segurança social, sem perder nunca de vista as limitações financeiras, que são gerais, e obrigam a uma maior deficiência dos serviços e a uma maior participação dos indivíduos, das famílias e das entidades privadas no esforço colectivo de melhoria da qualidade de vida.

Muito está já feito no equipamento das nossas ilhas em infraestruturas.

Deve-se mesmo sem jactância, afirmar que atingimos, genericamente, o patamar da modernidade, sendo possível fazer funcionar nos Açores uma sociedade com quadros de referência e aspirações correspondentes ao final do Século XX.

Mas é preciso ainda fazer muitas coisas, olhando com particular atenção para as zonas urbanas, que servem, aliás toda a população dos Açores.

Habitação, vias de comunicação, especialmente caminhos de penetração, e abastecimento de água às populações e à actividade agro-pecuária - eis algumas das nossas prioridades de investimento público neste mandato.

A formação profissional, que recebe forte apoio dos fundos estruturais europeus, terá que ser cada vez mais eficaz.

Com ela facilitaremos a resposta a um dos problemas que enfrentam os jovens açorianos, que é a inserção no mundo do trabalho.

O Governo entende ser esta a via privilegiada para fazer face ao flagelo da droga, à delinquência juvenil e à própria desmoralização dos costumes.

Mas nestes domínios, como a tantos outros, não há soluções mágicas, menos ainda da responsabilidade exclusiva do Estado ou impostas pelo Estado.

A felicidade não se decreta!

E cada pessoa é que tem de laboriosamente, com sacrifício, potenciar as suas próprias capacidades, escolher e seguir, livremente, o seu caminho, aderir aos verdadeiros valores, ajudar os outros, viver a sua própria vida.

Por isso a grande responsabilidade dos nossos tempos e o do futuro estão nas mãos da família, nicho privilegiado da educação das crianças e dos jovens para a liberdade.

O que o Estado tem de fazer, nestas matérias fundamentais que dizem respeito à própria pessoa humana e nas quais se incluem também as questões da terceira idade e até as bolsas de pobreza é sobretudo ajudar a família e nos casos extremos, suprir as suas limitações e carências.

O Ano Internacional da Família, marcado para 1994, há-de fornecer-nos de certo novas pistas para uma actuação política correcta nestas áreas de particular melindre e ressonância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Para triunfar sobre os desafios destes tempos de transição de século e milénio, precisamos de abordar com coragem a temática das reformas necessárias do nosso regime autonómico democrático.

Falei abundantemente da matéria ao longo de todo o ano e meio que precedeu as eleições de Outubro.

Os partidos da oposição criticaram as posições defendidas pelo PSD, apresentando, no período eleitoral, propostas com elas contraditórias.

Temos todos de tirar agora, com humildade democrática, a lição das eleições.

Considero parte importante do mandato recebido directamente do povo açoriano a realização dessas reformas e nelas me empenharei, como líder

do partido maioritário, em diálogo aberto com a oposição e com os mais altos responsáveis do Estado.

É urgentíssimo tratar da revisão do Estatuto da Região e começar a preparar a própria revisão Constitucional ordinária, prevista para daqui a dois anos.

Deputado Carlos César (PS): Pois é!

O Orador: Impõe-se reequilibrar o nosso sistema político, garantindo melhor adequação à representatividade democrática dos Açorianos.

Impõe-se também reequilibrar o nosso sistema do Governo reconhecendo ao Governo Regional os poderes necessários ao desempenho eficaz das suas missões.

Impõe-se ainda introduzir maior flexibilidade para a solução de eventuais crises políticas, que sazonalmente envolvem dúvidas sobre a legitimidade democrática dos órgãos de Governo próprio Regional.

Não é agora o momento oportuno para desenvolver estas ideias, que são de resto sobejamente conhecidas e têm o apoio expresso da maioria dos Açorianos.

(Risos do Deputado Dionísio de Sousa)

O Orador: Um ponto, porém, deve ficar bem claro e desde já:

O grande objectivo é assegurar, no longo prazo, a governabilidade da Região e, portanto, dar força à nossa autonomia, dar asas novas aos Açores, para poderem voar bem alto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos César (PS): Serem independentes!

O Orador: Por outro lado, há no nosso Estatuto e até na Constituição prerrogativas regionais desfasadas das novas realidades europeias de Portugal.

É preciso avançar corajosamente, por proposta nossa, para a sua deposição!

Em contrapartida, precisamos introduzir, na Constituição e no Estatuto, preceitos que situem os Açores, de pleno direito, no funcionamento das instituições europeias e no processo decisório nacional a elas referente.

Ou seja:

Quase 20 anos depois da Revolução do 25 de Abril e da séria crise de consciência nacional a que, em todo o nosso País, ela deu lugar, vamos fazer o salto qualitativo da nossa Autonomia, resgatando-a de alguns matizes do tipo descolonizador, para o novo quadro do Portugal solidário moderno e europeu e para o próprio quadro plural da Europa das Regiões e dos cidadãos que é da nova União Europeia.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Não vejo tarefa mais aliciante do que esta, para todos os que comungam do ideal autonomista, tão retinta e identificadamente açoriano, tendo em vista a celebração do primeiro centenário da Autonomia dos Açores em 1995.

Para realçar decididamente o alto significado nacional deste centenário, e das reformas institucionais e outras marcas que o hão-de assinalar, bem se justificará certamente uma nova presidência aberta nos Açores.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Natalino Viveiros):

Eles não querem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

O debate parlamentar dos próximos dias vai permitir passar em revista os problemas regionais, expor e criticar as propostas que o Governo apresenta, confrontá-las com as soluções alternativas.

Não se trata de um mero formalismo de ritual vazio.

A democracia exige o confronto civilizado de ideias. E a Autonomia dos Açores não é mais - nem menos - do que a forma peculiar de vivermos, nas

nossas ilhas, em democracia e nelas trabalharmos, até ao limite das nossas forças e dos nossos recursos, para a resolução dos problemas colectivos.

Este debate é, pois, um dos momentos mais altos da vivência da nossa autonomia democrática.

Animado, desde a primeira hora, do mais sincero espírito de serviço à Região e ao nosso País, no seu conjunto, o Governo pede a aprovação da Assembleia para o seu Programa, convicto da validade das propostas apresentadas e cheio de entusiasmo para as tarefas de navegação que aí vêm por diante.

Já temos provas dadas.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Sabemos orientar-nos, nestes mares açorianos, mesmo quando a noite é escura e o vento sopra rijo.

Agora porém, já luz outra aurora...

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Não garanto que não haja balanço, sem respingos de vaga.

Haja calma, estarei ao leme.

(Risos da bancada do PS)

Vozes das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Chegaremos a bom porto.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedidos de esclarecimento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

No Programa do V Governo Regional, por diversas vezes se acentua a necessidade de se conseguirem melhorias na qualidade e produtividade da nossa Região.

Também se aponta como objectivo, a modernização do aparelho produtivo pela adopção de novas tecnologias.

Tudo isto é necessário, importante e implica formação profissional.

Mas em muitos sectores, exige fundamentalmente, que se venham a fixar na Região um número elevado de técnicos especializados, portadores de conhecimentos e técnicas capazes de contribuir, para que os nossos produtos melhorem de qualidade e que a produtividade das empresas seja superior à que existe hoje.

Em muitos casos, a própria Administração Pública é altamente deficitária em técnicos. Havendo muitos lugares dos quadros por preencher e, no entanto, conhecem-se casos, em que cidadãos continentais predispostos a fixarem-se na Região, acabam por desistir.

Gostaríamos que o Governo Regional nos informasse se está consciente da necessidade destes técnicos e no caso afirmativo, como será possível fixá-los na Região?

No seu Programa, o Governo preconiza e citamos:

"Desenvolver medidas conducentes à oficialização dos serviços de uma inspecção educativa".

Pelo que solicitávamos que o Governo Regional nos informasse, se pretende melhorar os serviços já existentes de inspecção e apoio pedagógico no ensino ou se pretende criar serviços, apenas com objectivos fiscalizadores.

O Governo Regional preconiza apoiar, supletivamente, as famílias com estudantes deslocados na Região, como no continente?

Existe um Decreto Legislativo Regional aprovado por unanimidade na passada Legislatura, estabelecendo apoios aos estudantes deslocados na

Região. Muitos desses estudantes, ainda não receberam esses apoios e alguns deslocaram-se a contar, que os iriam começar a receber no início do ano lectivo.

Gostaria que o Governo Regional nos informasse se irá pôr em execução na totalidade, os apoios estabelecidos para os estudantes deslocados e quando?

No seu Programa, o Governo refere-se a uma política de manutenção, reforço das estruturas portuárias e a uma política de equipamento portuário.

Acontece que na Ilha das Flores, a estrutura portuária continua em execução, aguardando-se a implementação das infraestruturas anexas ao porto e que são absolutamente indispensáveis.

Solicitávamos que o Governo Regional nos informasse para quando prevê o término das obras do porto das Flores?

Também gostaríamos de saber quando se prevê que seja executada a obra do porto do Corvo e se esse porto poderá vir a receber navios que normalmente escalam o porto das Flores?

O Governo no seu Programa propõe uma gestão mais adequada dos aeroportos. No corrente ano, foi muito referida uma possível alteração na gestão do aeroporto das Flores, incluindo a desactivação dos serviços da ANA, EP, o que teria como consequência imediata, a passagem daquele aeroporto a aeródromo, com diminuição grave das suas capacidades de apoio técnico ou tráfego aéreo, quer do que se dirige para aquele aeroporto, como o que circula na zona do Atlântico, cujo controle é da responsabilidade nacional.

Solicitávamos que o Governo Regional nos informasse, se considera a possibilidade do aeroporto das Flores vir a ser transformado em aeródromo com a saída da ANA, EP, diminuindo assim, os serviços técnicos que são presentemente prestados e colocando no desemprego muitos trabalhadores, com as consequências negativas que isso implicaria?

No programa do Governo prevê-se a implementação da cessação antecipada da actividade dos agricultores idosos. Solicitamos ao Governo que nos informe se irá implementar um regime de ajuda à reforma antecipada na agricultura e quando?

Se esse regime será extensivo a todas as ilhas da Região e se dele poderão vir a beneficiar todos os agricultores, a título principal, com idade igual ou superior a 55 anos?

O Governo propõe - e citamos - "o aproveitamento das ilhas mais pequenas dos recursos solares, eólicos, hídricos e das ondas".

Solicitamos se o Governo prevê um aproveitamento, em toda a sua extensão, das potencialidades da Ilha das Flores, no que diz respeito ao seu potencial hídrico, no sentido de colmatar as anomalias existentes no fornecimento de energia eléctrica?

No programa do Governo é referido o impacto sobre as negociações sobre a Base das Lajes, bem como da Base das Flores, no que diz respeito a aspectos financeiros.

Gostaríamos de saber se o Governo irá promover um competente estudo, relativamente à futura desactivação da Base das Flores e o impacto social daí adveniente, bem como em relação aos trabalhadores portugueses que lá prestam serviço e ao futuro das actuais instalações francesas.

Afirma o Governo - e volto a citar - "pretender valorizar o poder local, transferindo para este escalão de poder, competências, responsabilidades e recursos financeiros.

Pedia ao Governo que fosse clarificada esta intenção, com referência às medidas e às metodologias pensadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: Muitas outras dúvidas temos sobre o documento em análise e muitas mais perguntas se poderiam colocar. Porém, limitações de tempo, impedem-nos de continuar na medida em que desejamos no decurso deste debate, dar o nosso contributo, dentro do possível, apresentando os nossos pontos de vista sobre estas matérias.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Regimentalmente, estamos no período para pedir esclarecimentos sobre a matéria da declaração de apresentação da proposta do Programa do Governo. A apresentação foi a ratificação da proposta, como é natural, que está na posse dos Deputados e que será analisada, sectorialmente, pelos membros da bancada do meu partido.

Ater-me-ei, por motivos de temperança, em relação ao tempo disponível, em algumas questões julgadas pertinentes.

Como é possível articular - e cito - "a valorização do poder local, transferindo para este escalão de poder, competências, responsabilidades e recursos financeiros, dada a política de contenção já anunciada, e sobretudo, tendo em conta o corte substancial do FEF, em relação a algumas autarquias, que as colocam numa posição quase dramática.

Afinal gostaria de perguntar o que é "aplicar esquemas nacionais de fortalecimento e responsabilização do poder local"?

Em entrevista concedida a um semanário do continente em 2/10/92, o Sr. Presidente dizia:

"Nós, PSD, é que temos a chave para o diálogo solidário com o Governo da República".

Em Março de 91, o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento, escrevia um texto enviado a uma das Comissões desta Assembleia que dizia o seguinte:

"A questão ligada à transferência para a Região, dos impostos directos com base na capitação e na totalidade da receita, cobrada a nível do País, onde sobressaem os impostos sobre o rendimento -IRS, IRC - nos últimos três anos, tem sido objecto de vários encontros com o gabinete

do Sr. Ministro da República para os Açores e os mais altos responsáveis pelo Ministério das Finanças"

Como ninguém conhece qualquer resultado deste longo diálogo solidário com o Governo da República, não poderia o V Governo, herdeiro do IV, informar-nos do resultado daquela herança que deverá ter recebido. Dispensamos a chave, só gostaríamos de conhecer o resultado.

Em 19 de Julho de 1990, a Comissão Política do PSD, em comunicado publicado na íntegra nos jornais, afirmava que:

"A urgência da revisão do Estatuto dos Açores, deriva de nela estar incluído, por proposta unânime da nossa Assembleia Legislativa Regional, um preceito que estabelece a regra básica de um novo arranjo financeiro entre o Estado e a Região Autónoma

Esta questão foi debatida no começo do ano entre o Governo e os partidos políticos e os parceiros sociais, com amplo reflexo na opinião pública. O consenso então estabelecido foi no sentido de ser justo, face às consequências da recente reforma fiscal que a regra para atribuição das receitas derivadas de impostos à Região, seja a da capitação

O atraso da solução deste problema, para o qual o Governo não tem encontrado abertura por parte do Governo da República, nas diligências directas levadas a efeito desde Outubro do ano passado, agrava muito a situação financeira da Região; e põe em sério risco a realização dos objectivos fixados no Plano. Se o problema do arranjo financeiro não for resolvido satisfatoriamente atrasa-se a modernização da sociedade açoriana, tão urgente nesta era de rápidas mutações em Portugal, na Europa e no Mundo. Com menos recursos financeiros, a economia da Região desacelerará; as empresas e os trabalhadores verão reduzidas as suas oportunidades; as famílias, os cidadãos, todos os açorianos sofrerão. A própria solidariedade nacional e europeia será posta em causa".

O actual Governo reafirma a urgência daquela revisão depois de o IV Governo a ter esquecido por completo. A pergunta é a seguinte:

A urgência actual é porque este Governo mantém aquelas exigências depois do IV Governo as ter esquecido, ou porque resolveu esquecê-las definitivamente?

Em noticia de 30 de Setembro de 1990, com o título "**Adaptação Fiscal tem ante-proposta**", afirmava-se que: **A Secretaria Regional das Finanças e Planeamento já concluiu uma ante-proposta de Lei Quadro de Adaptação do Sistema Fiscal Nacional à Região Autónoma dos Açores**".

"Esta ante-proposta, apresentada pela Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, visa dotar o Governo Regional dos instrumentos necessários ao controle efectivo da Economia e uma justa distribuição do rendimento das famílias".

A pergunta é a seguinte:

Aquela ante-proposta repetidamente prometida, continua pronta para a gaveta ou finalmente, está pronta para ser entregue nesta Assembleia?

Em entrevista concedida a um semanário em 30 de Julho deste ano, o Secretário Regional da então, Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, Natalino Viveiros, afirmava:

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (*Natalino Viveiros*):

Não da então, é da actual!

O Orador: ..."quando a oposição fala de reduzir a máquina política não tem a noção do que está a dizer porque não é reduzindo dois ou três secretários que a questão se resolve".

Que questão é que o Sr. Presidente do Governo Regional procurou resolver, quando fez precisamente aquilo que Natalino Viveiros dizia não resolver coisa nenhuma?

o Programa do IV Governo Regional ao terminar o capítulo respeitante às privatizações, afirma o seguinte:

"Ficam ressalvadas as fórmulas achadas necessárias para enquadrar a operação da SATA/AIR AÇORES para o exterior da Região".

Que significado atribuir ao facto de o Programa do V Governo ser totalmente omissivo sobre esta matéria?

Outra pergunta.

O Programa do IV Governo Regional, em 1988, começava assim:

"O eleitorado açoriano ratificou, livre e democraticamente, o Programa Eleitoral do Governo apresentado pelo PSD, exprimindo uma vez mais a sua adesão ao projecto social democrata de desenvolvimento económico, social e cultural que corporiza a Autonomia Político-Administrativa e Financeira dos Açores".

O Programa do V Governo, em 1992, começa assim:

" Os açorianos ratificaram, livre e democraticamente, o Programa Eleitoral do Governo apresentado pelo PSD, exprimindo de novo a sua adesão ao projecto de desenvolvimento económico, social e cultural que corporiza a Autonomia Político-Administrativa e Financeira".

Pergunto se isto será um mau prenúncio?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem citar os jornais, duas curtas perguntas.

O Programa do Governo, na página 48, Sector das Pescas, afirma-se: "Implementação gradual nos Açores dos Projectos SIFICAP e MONICAP".

1ª Pergunta: De que constam concretamente, estes projectos e para quando a sua implantação na Região?

2ª pergunta: Com a crise e seu espectro transitório, recentemente constatou-se que na Região e na área da pesca do atum, as nossas traineiras são obrigadas a procurarem outras paragens mais longínquas, o que acarreta outros custos. Pergunta-se:

Estará o Governo Regional sensibilizado para encontrar uma solução que permita existir um barco com capacidade frigorífica, para apoio às nossas

traineiras no transporte do pescado e no caso apontado no considerando desta pergunta?

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos a Sr^a Deputada Rosa Maria Machado.

Deputada Rosa Maria Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Eu gostava de ser esclarecida nos seguintes pontos:

1º - Que medidas pensa o Governo tomar para diminuir e prevenir a droga nas escolas?

2º - Porque razão, não estão os professores dos Açores integrados à semelhança dos nossos colegas do continente no Programa FOCO?

3º - No Programa do Governo é apontada uma cooperação com a Universidade dos Açores. A pergunta é porque se continua a abrir cursos para os quais na Região já não há mercado de trabalho e não se abrem outros em que a Região é carenciada?

Uma 4ª pergunta: Sendo o Turismo dos Açores, predominantemente Alemão, pensa o Governo introduzir esta língua como opção desde o Ciclo Preparatório?

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais:

Depois da leitura atenta que fiz do Programa deste V Governo, passo a formular algumas questões do foro agrícola para elucidação dos membros desta Assembleia e obviamente dos agricultores.

1. Decidir nos Açores o que diz respeito aos Açorianos é um dos lemas deste Programa do Governo.

A legislação comunitária para o agricultor apresenta-se muitas vezes inadequada à nossa realidade. Qual a capacidade da Região e em que sentido pode ultrapassar essa situação.

2. A Concertação Social é uma forma de ultrapassar a difícil resolução de problemas. Na Agricultura existe o Conselho Regional de Agricultura.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura tem previsto o aumento da actividade deste órgão no diálogo com os agricultores através das suas organizações?

3. Algumas das nossas zonas agrícolas serão num futuro recente zonas de protecção ambiental. É o caso por exemplo das circundantes às Lagoas.

Que medidas pensa o Governo implementar, para garantir a protecção do ambiente mas também o rendimento dos agricultores com explorações nessas zonas

4. Como acha o Governo que será possível aproximar o trabalho da Universidade dos Açores, nomeadamente do Pólo Universitário da Terra Chã, para satisfação das necessidades do sector com o apoio técnico e científico e principalmente a divulgação da informação?

5. Pretende o Governo implementar o relacionamento comercial e outros, entre os Açores, Madeira e Canárias.

Há problemas nesta área, nomeadamente no que respeita aos transportes de mercadorias. Como pensa o Governo implementar este circuito?

6. Numa economia de mercado onde estamos inseridos como é possível falar em economia social. A Comunidade vai reconhecer este estatuto sem denunciar a existência de mecanismos de economia desleal?

7. Foi instituído há já algum tempo o programa SICAR de apoio à compra de terra por rendeiros.

Para quando está previsto o seu funcionamento?

Há alguma medida prevista que venha a impedir a especulação do preço da terra?

8. Com a criação do PROTA e dos Planos Directores Municipais existirão limitações às construções rurais, cuja apreciação e aprovação de projectos depende de vários organismos. Qual será a intervenção da SRAP neste processo? Estão ou não definidas regras quanto ao tipo de construções sob o ponto de vista técnico, nomeadamente de salas de ordenha?

9. Horticultura, Fruticultura e Floricultura, são três áreas com pouca expressão no mercado regional. Para quando estão previstas implementar as medidas do POSEIMA nessa área?

10. Será concedida alguma ajuda aos produtores de leite e carne que ocupam zonas de altitude, por forma a ser implementada a florestação?

É tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Tinham-me dado indicação que o Sr. Deputado Francisco Sousa pretendia pedir esclarecimentos.

Se não corresponde à realidade, não vejo mal nenhum nisso.

A Sr^a Deputada Lisete Silveira estava inscrita? Ou também não?

Foi uma indicação que me deram mal.

Então dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Ávila.

Deputado Manuel Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas uma pergunta.

Gostaria de saber qual o reforço aos incentivos à fixação de professores em áreas e em zonas geográficas carenciadas, que o Governo pensa implementar?

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eram três questões apenas.

No Programa do Governo, fala-se com frequência em alternativas de financiamento.

Por aquilo que aqui foi dado observar da intervenção do Sr. Presidente, é fácil concluir de que essas alternativas de financiamento terão uma

componente muito importante, ou talvez a sua principal componente resulte mesmo dos fundos comunitários.

A questão que eu queria colocar, é saber qual a situação neste momento em que se encontram as negociações dos acordos internacionais, particularmente, no que diz respeito à Base das Lajes e igualmente saber se tal, como se prevê, esses acordos não vierem a surtir grande efeito, pelo menos em termos de compensação financeira para a Região e em termos sociais, esta negociação também acarreta alguns problemas, nomeadamente no que diz respeito à Ilha Terceira e à situação dos trabalhadores desta mesma base.

Gostaria de saber, se existem mecanismos de alguma forma pensados, que satisfaçam eventuais despedimentos que possam existir de trabalhadores Portugueses na Base das Lajes e se há alternativas à colocação dos mesmos.

Uma segunda questão:

Gostaria de saber, se e para quando se prevê a alienação das participações do Governo em empresas, onde o Governo é maioritário em termos de capital?

Uma última questão.

Refere-se no Programa do Governo, a introdução de um sistema de fiscalidade específica. Ora, este sistema de fiscalidade específica em determinados sectores, apresenta-se como incentivo quer ao comércio e à indústria, portanto aos agentes económicos, de alguma forma ao acesso ao crédito e à diminuição da carga fiscal.

A pergunta que fazia, era no sentido de saber quais os mecanismos e se fosse possível o melhor esclarecimento sobre as intenções do Governo, relativamente a estas matérias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Lima.

Deputado José Manuel Lima (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários:

Em dois pontos muito rápidos, gostaria de me dirigir ao Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos, para um pequeno esclarecimento. É se nesta altura já tem alguma acção definida, sobre a utilização, ou por outra, uma maior utilização do Parque Industrial da Ribeira Grande, na medida em que neste momento se encontram totalmente vendidas as suas áreas e nem um terço das mesmas se encontram implementadas. Existindo neste momento, com conhecimento de variadas empresas que se querem lá instalar e não conseguem vaga.

A segunda pergunta seria para o Sr. Secretário das Finanças, sobre as privatizações. A informação que gostaria que me desse, era se já tem alguma novidade sobre as decisões das privatizações da PROTURHOTEL e da VERDEGOLF?

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar Rosa.

Deputado Gaspar Rosa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional.

1ª pergunta:

A Ilha do Pico tem uma grande percentagem de agricultores idosos, conseqüentemente à beira da reforma.

O Programa do V Governo Regional prevê a cessação antecipada da actividade de agricultores idosos.

Pergunto: Com esta saída dos agricultores idosos, como soluciona a ocupação do espaço deixado por estes?

2ª - O Programa do V Governo Regional dedica e muito bem um capítulo aos que estão no lumiar - os jovens - e remete para alguns pontos os que se encontram no término da vida - os idosos. No Pico grande parte da população se enquadra na fase da 3ª idade, necessitando como é obvio de apoio.

Pergunta: Pretende o Governo colmatar esta situação, com a construção de mais algum centro de acolhimento? Se sim, pode já indicar algum?

3ª - Para quando o início das obras de ordenamento do porto de São Roque do Pico e a defesa da orla marítima da vila baleeira da Lajes do Pico?

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Srª Deputada Ana Gomes da Silva.

Ana Gomes da Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Programa do Governo na área da Juventude e mais especificamente no que concerne à aposta na ocupação dos tempos livres, refere a continuação do programa de construção de pousadas de juventude.

Pergunta:

De que modo, tem avançado esta medida tão importante para os jovens Açorianos?

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Srª Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários:

O Programa do Governo, refere-se à necessidade de reforçar um maior acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, a personalização dos cuidados e serviços prestados, bem como uma melhor informação ao utente.

Sabendo-se que, infelizmente, isso em muitos casos não se verifica, pergunto, quais as medidas concretas que vão ser tomadas, no sentido de implementar a intenção expressa no Programa do Governo?

Por outro lado, gostaria de dirigir ao Sr. Secretário da Educação e Cultura a seguinte proposta:

Verificando-se por razões várias, que cada vez mais vai diminuindo o número de docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico e a quantidade diminuta daqueles que saem em cada ano do CIFOP, não dá para compensar aqueles que entram para a reforma.

Não será de estudar a possibilidade da criação de uma delegação em Angra do Heroísmo, uma vez que a deslocação para Ponta Delgada das diferentes ilhas não compensa, porque com mais um ano ou dois se tira um curso universitário?

Muito obrigado:

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos a Sr^a Deputada Manuela Soares.

Deputada Manuela Soares (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

O Governo tem reforçado e promovido a formação de profissionais da saúde, bem como a sua fixação na Região, quer através de remunerações acessórias; incentivos à fixação (resolução 65/88 Jornal oficial I Série) e remuneração complementar (D L R nº 15/92/A).

Outra vertente de incentivo à fixação, é a existência de fogos pertencentes à Secretaria da Saúde, cujo o arrendamento é pago, subtraindo um X percentual do vencimento, de acordo com o escalão remuneratório do vencimento e descontado no próprio.

Dado que alguns destes fogos, cuja manutenção é sempre necessária fazer-se, estão a entrar em degradação e dado que estes mesmos não passam de residências provisórias, em que as rendas vão aumentando de acordo com o vencimento, podendo atingir rendas altas e desincentivando a estadia neles a longo prazo.

Eu pergunto:

Não seria mais oportuno e para maior incentivo à fixação dos técnicos de saúde, um apoio mais favorável à aquisição de habitação própria, quer através de empréstimos a juros mais baixos ou incentivo à construção a custos controlados ou outros?

Se sim, quando irá ser implementado, se a curto ou a médio prazo?

Presidente: O Sr. Deputado José Maria Bairos, pretende usar da palavra para pedir esclarecimentos.

Tem a palavra.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho duas perguntas a colocar e que são as seguintes:

No Programa do Governo, preconiza-se uma política de manutenção e reforços das estruturas portuárias.

A minha pergunta, era no sentido de saber se de facto este reforço de estruturas, irá contemplar -desta vez- o reforço do porto de Vila do Porto?

A outra questão, diz respeito ao apoio à 3ª idade.

Tem havido uma política de construção de lares de idosos, nas diferentes ilhas.

Perguntaria se de facto, vai-se adoptar agora uma política de equipar primeiro as ilhas onde estas estruturas não existem?

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, passaríamos às respostas por parte do Governo.

Dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional, para responder à parte que lhe compete.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As questões levantadas pelos Srs. Deputados são, algumas delas, em caso genérico, outras são questões sectoriais e procuraremos responder a todas.

Talvez alguma escape, mas como vão haver ao longo destes dias intervenções de cada um dos Membros do Governo, é muito natural que estes mesmos problemas sejam referidos nas respectivas intervenções e nos debates subsequentes.

Eu responderei pela minha parte, a algumas questões que são da minha esfera de competência directa e depois vamos aqui dividir o nosso tempo e geri-lo da maneira mais eficiente, para que também os outros Membros do Governo que foram mais assediados com perguntas, possam satisfazer a legítima curiosidade e os devidos esclarecimentos dos Srs. Deputados.

Nem todos os Srs. Deputados estão muito curiosos, mas isto não quer dizer que aqueles que apresentem...

Deputada Lisete Silveira (PS): Está bem! Está bem!

O Orador: ...pedidos de esclarecimentos deixem por isso de merecer.

Respondo a uma das perguntas, feita pelo Sr. Deputado do Partido Comunista.

É evidente, que nós desejamos que existam técnicos na Região e temos incentivos para os fixar. Alguns enquadram-se nesses incentivos e muito bem, outros não se enquadram, é pena.

As regras são gerais, não podemos fazer qualquer espécie de discriminação favorável ou desfavorável, em função das respectivas preferências ideológicas.

Depois, as negociações em curso acerca das Flores, relacionam-se também com as das Lajes.

Todos sabemos que o mundo mudou nestes últimos meses e de maneira muito acelerada.

Há portanto, da parte dos países que têm mantido instalações militares nos Açores, novas abordagens ao problema e seu relacionamento com Portugal. Não quer dizer, que esses países queiram encerrar as suas instalações e sair dos Açores. Pretendem que hajam, novas formulações na sua cooperação com Portugal.

De modo que assim, se encontram as negociações francesas a decorrer lentamente e as negociações luso-americanas, mais lentamente ainda. Estas tiveram rigorosamente um momento de paragem com todo o processo de preparação das Eleições Presidenciais norte americanas. Só devem iniciar-se em termos de chegar a uma conclusão, após a entrada em funções da nova administração norte americana, portanto a partir do Mês de Janeiro.

É natural, por razões que são sabidas e pelas medidas que vão aparecendo, que todos estejamos preparados para a redução e até reformulação substancial do tema das compensações financeiras. Por isso é que não convém de forma alguma, retermos grandes expectativas naquilo que foi

durante muitos e muitos anos - e até com o compromisso activo da nossa Assembleia Legislativa Regional - uma das fontes mais importantes (no princípio) depois comparativamente menos, do financiamento do desenvolvimento económico dos Açores.

Foi de facto, uma grande ajuda que nós recebemos dos Estados Unidos da América, para a modernização do nosso Arquipélago. Agora as condições são outras e estes dados não podem deixar de influir em termos concretos. Procuremos sim, salvaguardar, tanto no caso das Flores como no caso das Lajes, os problemas sociais envolvidos.

Há leis nesta matéria que devem ser salvaguardadas e haverá também com certeza que procurar esquemas de reciclagem, se porventura se vierem a verificar despedimentos nestas duas instalações. Em todo o caso, não antecipemos problemas que têm o seu trâmite natural, através de um mecanismo complexo das negociações diplomáticas.

Nós pretendemos, levar por diante o processo de privatizações. Vender as participações que o Governo detém em algumas unidades turísticas e vamos aproveitar, integralmente, o trabalho feito até agora.

Ele conclui-se, numa altura que era já muito em cima das eleições e pareceu ao Governo cessante, que não deveria tomar uma decisão final. Assim, deixou a questão à decisão do V Governo.

Nós não anularemos de forma alguma o trabalho que já está feito, vamos aproveitá-lo e com isso iremos atacar os problemas relativos a várias unidades hoteleiras e em várias empresas do sector turístico, incluindo também a empresa VERDEGOLF.

Nós temos hoje, uma aproximação diferente aos problemas do relacionamento financeiro - respondo às observações feitas pelo líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista - relativamente às questões financeiras.

Não temos o mesmo discurso. O mesmo tipo de reclamações que tínhamos em 1990 e é natural que assim seja. O Sr. Deputado, certo que compreenderá a verdade daquele velho aforismo que Sá de Miranda

também sintetizou no verso: "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades". O mundo todo é feito de mudança e essas coisas devem ser bem captadas também pela oposição, ou seja, que a mudança tem sido tão ventilada.

Deputado Carlos César(PS): Ai é ?!

O Orador: Portanto, nós de facto mudámos os nossos objectivos, partimos para outra...

Deputada Lisete Silveira(PS): Não senhor, Sr. Presidente!

O Orador: ...lá os Srs. Deputados da oposição, pois isso é que não se aperceberam disto e quando estavam a disparar num sentido, nós já estávamos noutra campo - pior para eles.

Foi de facto, uma manifesta falta de pontaria e falta de percepção das realidades políticas. Nós, de resto, não actuamos dessa maneira sem estarmos a sintonizar, com o sentir da opinião pública e o sentir legítimo do eleitorado.

Não somos os donos dos Açores. Servimos os açorianos.

Quando as nossas reclamações, por mais que as consideremos justas e razoáveis, não encontram o apoio da opinião pública, então teremos de as reformular de outra forma. Foi isso que fizemos em 1990 e foi o que obteve clara adesão dos eleitores açorianos, nas eleições de 91 e de 92.

Assim iremos continuar e orientaremos os nossos esforços numa perspectiva solidária, que tanto incomoda alguns dos Deputados da oposição, numa colaboração activa com o Governo da República, tendo em vista a nossa articulação com os programas de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas da Comunidade Europeia.

Não seria de facto nada, reduzir apenas dois Membros do Governo. Mas o que acontece é que nós pretendemos ir muito mais além da redução dos departamentos, e suas unidades orgânicas, e outras iniciativas no domínio da redução das despesas que - repito - certamente hão-de ser acompanhadas também pela Assembleia, aliás ela deve dar o exemplo e deve ir na primeira linha e à frente nestas matérias. E nós, obviamente,

seguir-lhe-emos este exemplo e esta linha que corresponde, manifestamente, aos tempos em que hoje vivemos e ao desejo dos açorianos.

Se os nossos programas têm alguma sintonia, apenas comprovam que o Partido Social Democrata não muda assim de repente. Temos linhas de rumo fixas e há questões e orientações políticas de tática, mas nos princípios e nos grandes objectivos, nós somos o mesmo partido do princípio coisa que, infelizmente, outros partidos não podem dizer - lamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente a algumas questões que foram formuladas, eu começo pela última, ou seja, a que diz respeito ao arranjo financeiro.

É evidente que as nossas perspectivas têm que ser adequadas à realidade e existem questões, em matéria financeira, sobre as quais nós não descuramos, de modo nenhum, os nossos interesses. Eles têm que ser ajustados.

Recordo que ainda no ano passado, um tema forte do debate do Orçamento Geral do Estado, foi a questão do IVA e recordo que algumas pessoas que andavam à margem do Parlamento, ficaram muito assustadas com a questão do IVA deixar de ser per/capita e isso alimentou grandes questões, páginas de jornais o que, realmente, não se veio a verificar.

Essa estratégia de manutenção do sistema per/capita e pós harmonização fiscal foi uma das várias facetas desse programa e protocolo de cooperação financeira que vamos neste momento implementar com grande profundidade.

Neste momento, a frente comunitária, a frente financeira, as alterações das fontes de financiamento, impõem à Região Autónoma dos Açores e ao

Governo da República, uma cada vez maior articulação de políticas. Essa articulação já está perfeitamente conseguida nas áreas do planeamento e na área das finanças vamos aprofundar cada vez mais. Por conseguinte, contamos com o apoio e com a solidariedade necessária para atenuar algumas das dificuldades que se avizinham, no sentido do progresso, rigor e responsabilidade. E os Srs. Deputados terão oportunidade de verificar isso, quando eu fizer a minha intervenção.

Relativamente às alternativas de financiamento e aos sistemas de fiscalidade, é evidente que são questões bastante complexas. A Secretaria Regional das Finanças, tal como o Partido Socialista, já tinha uma proposta de lei das finanças públicas que nunca apresentou. Nós também temos a nossa e criámo-la com o sentido da realidade e sabemos perfeitamente até onde é que podemos ir.

Como sabem, existem questões no âmbito da fiscalidade directa, que não dependem, exclusivamente, da vontade do Governo e que têm que ser fortemente ponderadas. Não interessa, numa óptica de curto prazo, diminuir apenas as receitas e descurar o aspecto da despesa. Por conseguinte, tem que haver aqui uma articulação do lado da receita e do lado da despesa. Tudo isso é importante. Mas não se diga que nós não fizemos nada. Repare-se que a Comunidade Económica Europeia é muito rigorosa em matéria de harmonização fiscal, por isso é que continuamos no âmbito do POSEIMA e a beneficiar de uma taxa indirecta, diferenciada relativamente a outras unidades homólogas, na CEE. Refiro-me, concretamente, ao apoio ao tabaco que tem-se revelado de grande importância, o apoio aos licores, aos produtos e óleos minerais e ao artesanato. Em relação ao Imposto Sobre o Valor Acrescentado, à manutenção da taxa zero em alguns produtos e à diferenciação do IVA fora da escala comunitária, ou seja, do valor mínimo e do valor máximo.

Quanto às questões das privatizações, de facto, elas têm o seu "timing", tem o seu calendário. Como disse - e muito bem - o Sr. Presidente, existem estudos feitos que serão aproveitados. Não vamos estar a gastar dinheiro

com novos estudos e novas comissões. Vamos, sim, aproveitar o que já existe.

Relativamente à PROTUROTEL existe um candidato. Existem de facto problemas em relação ao valor base e ao preço das acções. Estamos a estudar isso.

Em relação ao caso da VERDEGOLF existe de facto um problema processual. Esse problema também foi estudado por quem de direito e o relatório está praticamente concluído. E de forma que dentro daquilo que for possível, com a prudência necessária, sem andarmos aqui a desbaratar o património público e procurando as alianças e os pareceres convenientes, vamos tentar dar andamento a isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos.

Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (*Gaspar da Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta às questões colocadas na minha área e em outras que me estão delegadas e, concretamente uma questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, sobre os recursos hídricos na Ilha das Flores.

Gostaria de informar que no início do presente ano e para informação, há de facto necessidade de situar alguns aspectos que vêm de trás.

No início do presente ano, iniciou-se todo o processo relacionado com o reforço do caudal da Central Hidroeléctrica da Além Fazenda e um novo aproveitamento hidroeléctrico da Ribeira Grande.

Em Fevereiro de 92, e então numa reunião realizada na Ilha das Flores, com a presença da EDA, Federações dos Municípios e Direcção Regional de Energia, ficou acordado e elaborado em acta para solicitar à EDA que liderasse o processo de concurso, adjudicação e gestão da construção dos empreendimentos atrás referidos, solicitação essa que foi aceite por aquela empresa pública.

O processo de concurso, seguiu os seus trâmites e a entrega da proposta já teve lugar, tendo sido concluída a respectiva análise, no passado mês de Setembro.

O valor inicialmente previsto, estava orçado aproximadamente em 600 mil contos, para a construção das duas obras. Foi aquando da abertura das propostas substancialmente alteradas, que se verificou que o valor da proposta mais baixa, aproximava-se de um 1 milhão e 100 mil contos.

Neste cenário ter-se-ão que reformular os estudos de viabilidade, os quais constituíram os indicadores de suporte à decisão de se avançar ou não com a respectiva construção.

Paralelamente, também é do conhecimento público que com o processo da desactivação da Base Francesa das Flores, os consumos de energia representarão alguns decréscimos, na ordem dos 40%.

Assim sendo, não só sob o ponto de vista económico mas igualmente, considerando a futura evolução dos consumos, ter-se-á de ponderar qual a solução mais indicada. Não descurando contudo, que os princípios da política energética do Governo, terão que ter sempre em linha de conta o esforço para a diminuição da nossa dependência energética.

No que se refere, a uma outra questão que colocou sobre os recursos relacionados com o potencial eólico da Ilha do Corvo.

Como o Sr. Deputado sabe, em 1991 foi concluído o estudo do potencial daquela ilha e que foi dado conhecimento à respectiva autarquia.

Foram posteriormente, estabelecidos diversos contactos com fornecedores de equipamento, contudo sob o ponto de vista prático e tendo em linha de conta o custo do investimento, ainda não foi possível encontrar as soluções mais viáveis, porque se trata de instalar um ou dois pequenos aerogeradores e cujo investimento global ainda não é possível tomar uma decisão.

De qualquer modo, será sempre uma matéria que o Governo terá em conta, sobretudo neste seu mandato.

No que diz respeito a outras questões e sobretudo uma que foi colocada pela Sr^a Deputada Rosa Machado, em que me pergunta quais as medidas que pensa o Governo tomar, no que se refere ao combate contra à droga nas escolas?

Gostaria de informar a Sr^a Deputada do seguinte:

De facto e até agora no que se refere aos problemas maiores da juventude e no caso concreto da nossa Região, está também a tóxico-dependência. O Governo levou a efeito vários seminários e cursos dentro daquilo que é conhecido como obter o Projecto VIDA e também no Projecto JOVEM A JOVEM, num objectivo concertado e com um alargar de esforços na prevenção da tóxico-dependência.

Assim temos procurado informar e sensibilizar os jovens, criando auto-estima e auto-confiança para uma recusa de qualquer tipo de dependência desse tipo.

No futuro, o Governo vai continuar com esse tipo de acções e desenvolver contactos, sobretudo com toda a área que se interliga no Projecto VIDA a nível nacional. E como é do conhecimento de todos os deputados, a nomeação para liderar a Alta Autoridade ocorreu ontem e de forma que o Governo vai estar imbuído em todo um projecto de combate a esse flagelo, com certeza também envolvendo os departamentos do Governo da República.

No que se refere, a uma outra questão também colocada pela Sr^a Deputada Ana Carolina sobre as pousadas de juventude, gostaria de informar que presentemente, ocorre a construção de pousadas, concretamente em S. Miguel e Terceira.

No caso da Ilha de S. Miguel, estão-se fazendo obras de adaptação da Pousada de Nossa Senhora do Parto, com uma capacidade de cerca 80 camas, esperando-se que durante os primeiros meses de 1993, estas estejam concluídas.

No caso concreto da Ilha Terceira, está-se construindo a Pousada do Negrito - uma obra de raiz - , com capacidade para 40 camas, prevendo-se

que esteja concluída até meados de 1993. Esta é uma obra para entrar em funcionamento numa acção polivalente, ou seja, com funcionamento de cursos, conferências e tempos livres.

Quanto a uma outra questão, colocada pelo Sr. Deputado José Manuel Lima, sobre os parques industriais e em concreto sobre o Parque Industrial da Ribeira Grande, neste momento e em relação a este parque informaria que dos 44 lotes, cerca de 50% estão ocupados.

No que diz respeito a outras solicitações que possam surgir, uma vez que todos os lotes do parque estão vendidos e visto que apenas 50% é que estão ocupados, neste momento o Governo e em colaboração com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, está a desenvolver o processo de instalação de uma zona industrial em Rabo de Peixe, junto a Santana; para o qual, este processo já está bastante desenvolvido e a viabilidade está assegurada quer em termos de instalação eléctrica e abastecimento de água.

Permitir-se-á com isto, evitar qualquer eventual especulação que possa surgir, como o que aconteceu no Parque da Ribeira Grande até agora vendido, mas ainda ocupado na sua totalidade, em termos de funcionamento.

Das questões que essencialmente foram-me colocadas, creio ter respondido a todas, tendo em conta as notas que tomei.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em relação à criação da Inspeção Regional de Educação, gostaria de esclarecer que é efectivamente, um Serviço Regional de Inspeção aquilo que se pretende criar, na sequência do funcionamento durante estes últimos tempos, do que foi denominado como serviço de apoio técnico sistemático. É um serviço com as mesmas características e com o mesmo objectivo

primordial de prevenir mas, ao mesmo tempo com faculdade de poder inspeccionar.

Quanto aos apoios aos estudantes deslocados, não obstante termos o levantamento devidamente efectuado, mas com absoluta falta de recursos financeiros, não me foi possível até este momento satisfazer e resolver este problema. E com toda a franqueza, digo que até final deste ano económico, não vejo possibilidades de corresponder a esta solicitação.

Completaria a informação prestada pelo meu colega da Juventude e Recursos Humanos sobre a questão da droga, problema que nos preocupa diariamente e que foi levantado pela Sr^a Deputada Rosa Machado, dizendo que para além de uma colaboração muito profícua com a Direcção Regional da Juventude, temos tido também a maior abertura e a maior colaboração da Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, do Instituto de Reinserção Social em todo um conjunto de medidas que temos vindo, pontualmente a levar a cabo.

Paralelamente, nas áreas da escola e nas actividades extra-curriculares, têm-se desenvolvido inúmeras actividades neste âmbito, com concursos - com muita adesão, como o "VIVER A VIDA" - e nesta semana europeia de prevenção, para além de termos alertado, atempadamente todas as nossas escolas a nível do Preparatório e do Secundário, para a semana que está decorrendo, foram enviados desdobráveis que serão amplamente distribuídos pelos alunos.

O Programa "FOCO" e o Programa "FORJEST" fazem parte do "PRODEP".

A Região Autónoma dos Açores e da Madeira não têm acesso a nada que seja do âmbito do "PRODEP". Por isso desenvolvemos na altura apropriada, através de contactos que eu próprio estabeleci com os meus colegas Secretários de Estado, sobre a deslocação de técnicos da Secretaria ou Ministério, para todo um conjunto de medidas.

Primeiro para garantir a eventual participação de docentes da Região nos números habituais em todas aquelas acções que vierem a ser

implementadas e nas quais a Região veja interesse em ter essa participação, ou fazer deslocar à Região equipas que estejam a fazer acções neste âmbito do "FOCO" e do "FORJEST".

Paralelamente, temos quase montado um serviço algo semelhante, ao qual recorrendo ao "PEDRAA", vai dar seguimento a todo um conjunto de candidaturas que já trouxeram à Região, até este momento uns largos milhares de contos na área da formação e dos equipamentos educativos e que têm sido canalizados através da Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos a qual tem a seu cargo a área da Formação Profissional. Portanto, é nessa cooperação que podemos ter acesso à Formação Profissional.

A Universidade dos Açores tem vindo efectivamente, a procurar corresponder a uma solicitação de longa data, feita tanto por mim como pelos Secretários que me antecederam, no sentido de progressivamente, ir reduzindo o número de cursos em que a Região neste momento está excedentária.

Se tomarem atenção aos números de cursos em que de facto, há já muitos profissionais, verificarão que esse número tem vindo a reduzir de ano para ano.

E a nível dos trabalhos preparatórios para o arranque de novos cursos, como os primeiros anos das engenharias, a licenciatura em Educação Física, através do começo de um departamento na área e pela informação que tenho do Magnífico Reitor e da participação dos meus serviços nas reuniões que têm sido levadas a cabo, o assunto encontra-se bem encaminhado principalmente, aquele que se refere ao arranque do Departamento de Educação Física.

Quanto à questão dos incentivos à fixação de professores, questão levantada pelo Sr. Deputado Berquó Ávila, informo a Câmara que a Secretaria tem todo um conjunto de medidas, tem legislação preparada no âmbito da bonificação da progressão da carreira, no crédito bonificado da habitação em colaboração com outras secretarias do Governo Regional.

Possui legislação para alterar o actual regime de subsídios à fixação de docentes que já nos está a custar 6000 mil contos/ mês. Contratos programas com as autarquias, cooperação com autarquias, acesso à formação contínua e licenças sabáticas, isto em articulação com aquilo que tem vindo a ser preparado no Ministério da Educação.

Todas estas medidas só serão possíveis de implementar, quer em articulação com o Governo da República, quer com aquelas em que nós possamos avançar. Pessoalmente, gostaríamos de avançar em algumas delas mas, só será possível, quando dispusermos das verbas que neste momento ainda não tivemos ao nosso dispor para modificar a situação actual.

Quanto aos docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico, questão levantada pela Srª Deputada Fátima Oliveira e da hipótese do centro integrado de formação de professores alargar a sua intervenção ao pólo universitário da Terra Chã, julgo que é algo que tem vindo a ser estudado pela Universidade, é problema que já foi por nós oportunamente levantado, e cabe ao Senado - órgão competente a este nível - decidir na altura apropriada, face ao binómio recursos humanos/recursos materiais a envolver, por forma a que este desiderato possa ter o tratamento que lhe é devido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo muito brevemente às questões levantadas pelas Sras. Deputadas Fátima Oliveira, Manuela Soares e Deputado Gaspar da Rosa, eu diria que em relação à primeira (questão levantada pela Deputada Fátima Oliveira), ou seja, o atendimento dos utentes, é uma questão extremamente importante, que tem a ver com a atitude de espírito e a

atitude profissional, que deve ser apanágio de toda a administração pública, mas que nos serviços de saúde tem particular significado e importância.

Isso depende muito da consciência profissional de quem trabalha na administração dos serviços de saúde. E no anterior Governo, foram tomadas algumas medidas concretas, no sentido de permitir que os utentes dos serviços de saúde pudessem manifestar as suas queixas, as suas sugestões. E isso efectuou-se, nomeadamente através da criação dos gabinetes de utente, que foram instalados em todos os centros de saúde e hospitais da Região, que têm estado a funcionar. E muitos utentes têm-se socorrido desses gabinetes para manifestar as suas reclamações ou as suas sugestões de melhoria dos serviços, mas como é evidente, nem toda a gente que frequenta as unidades de saúde e que têm razões de queixa, utiliza esses mesmos gabinetes de utente.

Por consequência, é fundamental que a preocupação de atendimento conveniente e aprontado dos utentes dos serviços de saúde seja melhorada e isso passa, fundamentalmente, por acções de formação, consciência profissional e uma grande ética e responsabilidade. E, em conjunto com as instituições, vamos trabalhar nesse sentido.

No que diz respeito à questão dos incentivos, levantada pela Sr^a. Deputada Manuela Soares, é uma preocupação do Governo, desde sempre, na medida em que temos algumas carências de pessoal de saúde, designadamente de médicos de determinadas categorias e de pessoal de enfermagem. Para fazer face a esta carência - e um pouco na mesma linha do que aqui foi dito pelo meu colega da Secretaria Regional da Educação e Cultura - estão já criados alguns mecanismos de incentivos e outros terão que ser aperfeiçoados. A questão da habitação é um dos melhores incentivos que se pode criar para solucionar o problema. Nessa medida, está também em preparação, no âmbito do Governo, não só para a área da saúde mas numa perspectiva mais alargada, diplomas neste sentido.

No que diz respeito à questão da criação dos centros de convívio, é uma resposta muito eficaz para o problema dos idosos e com a colaboração das

IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), das pessoas, das sociedades, das comunidades organizadas, e sempre que há iniciativa local para a criação destes centros de convívio, a Secretaria Regional, através do seu departamento de acção social, irá apoiar. E, logo, esta é uma solução muito melhor do que outras soluções mais pesadas e institucionais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Respondendo às perguntas que me foram feitas, começaria pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, sobre a reforma dos agricultores.

Isto trata-se de um regulamento que é o 2079/92 das Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC. É portanto, um regulamento do Conselho de Aplicação Obrigatória.

Neste momento ainda não sabemos, se ele se aplica a todos os agricultores a título principal com a idade da reforma e a todos os agricultores em geral. O que sabemos, é que essa questão ainda não está resolvida em relação à Região.

Aproveito já que se fala da reforma dos agricultores, e respondo ao Sr. Deputado Gaspar Rosa que também tinha feito uma pergunta sobre esta matéria.

O esclarecimento é o seguinte. O agricultor só se reforma no caso do que está previsto na política agrícola comum. Isto acontece apenas, quando as terras que liberta têm um cliente antecipadamente assegurado. Com isto significa, que não há reforma sem que a cedência das terras libertadas esteja estudada.

Muito rapidamente, para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado António Silveira, sobre o que consta os Programas SIFICAP e MONICAP. São programas comunitários que tem a haver com a inspecção e gestão dos recursos marinhos, ou por outra, são problemas de inspecção das pescas.

Quanto à possibilidade de navios de apoio à frota que pesca noutras áreas concretamente na Madeira.

Este ano, as empresas privadas da Região estudaram, de facto, esta possibilidade e chegaram à conclusão que não é fácil, na medida em que não se encontram disponíveis no mercado navios congeladores com a tipologia adequada que se possa adaptar ao nosso sector de pescas.

O que está em marcha é uma solução diferente e que será implementada no decurso deste Plano a Médio Prazo. Será a construção de estruturas de frio, concretamente na Madeira e eventualmente nas Canárias, para assim apoiar a frota de pesca nessas áreas.

Quanto às perguntas feitas pelo Sr. Deputado António Almeida e de uma forma sucinta, porque mais tarde e durante a minha intervenção terei oportunidade de referir mais detalhadamente sobre algumas delas.

Em relação à legislação comunitária, alguns aspectos encontram-se desadequados a Regiões como a nossa, no entanto não é fácil alterar essa legislação. Muita dessa legislação são regulamentos comunitários de aplicação obrigatória e que de facto criam alguns problemas nessa área.

Tem como intenção dinamizar o Conselho Regional de Agricultura, todavia algumas dificuldades têm-se apresentado à sua dinamização. Uma vez que a representação dos agricultores prevista neste Conselho e como existem mais de uma dúzia de Associações Agrícolas e Jovens Agricultores, é muito difícil fazer participar toda esta gente. Portanto, só a criação de uma estrutura superior representativa, poderá facilitar os trabalhos do Conselho.

Quanto a zonas de protecção ambiental, as medidas de acompanhamento da reforma da PAC, prevêm o suporte das agriculturas que nessas áreas são forçadas a reduzir a sua produção.

No que diz respeito ao Pólo da Terra Chã na Universidade dos Açores.

A Universidade é estrutura autónoma, tem a sua própria investigação e tem tido no caso da Terra Chã, uma excelente colaboração connosco em diversas áreas.

Estou a lembrar-me das cartas de capacidade de uso que conduziram ao mapa de reserva agrícola, análises de solos e alguma experimentação na área da produção animal e que julgo estar sendo transmitida aos agricultores de uma forma eficaz.

Quanto ao relacionamento comercial entre Açores, Madeira e Canárias, é de facto uma das perspectivas a ter em conta no próximo Plano Médio Prazo ou no Plano que se iniciará brevemente.

Quanto ao SICAR, a sua regulamentação está praticamente pronta e penso que antes do final do ano, poderá ser posta em prática.

Relativamente às questões levantadas sobre o PROTA, tem a haver com o tipo de construções e fundamentalmente com as salas de ordenha.

Põe-se alguns problemas nesta área e é preciso estudar profundamente este tipo de construção, tendo em atenção não só a leitura da paisagem açoriana, mas também a protecção do ambiente devido aos influentes provenientes deste tipo de construção.

Quando se fala de florestação e zona de altitude, também está previsto num regulamento que julgo ser o 2080/92 de 30 de Junho - Regulamento de Aplicação Obrigatória e que decorre da Reforma da PAC.

Nas áreas da horticultura e fruticultura no qual já existem programas de apoio, assistiu-se nestes últimos anos a um aumento substancial de produção nestas áreas.

As medidas do POSEIMA só serão aplicadas a partir de Janeiro do ano que vem.

Penso que com isto, esgotei as perguntas que me foram colocadas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (*Natalino Viveiros*):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O líder da oposição, Sr. Manuel Serpa...

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: ...tem dois líderes, é?

O Sr. Deputado Manuel Serpa usou um estilo que de facto gosto. Trata-se da comparação. Comparou textos, programas e eu próprio terei oportunidade de fazer isso no decurso do debate do Programa do Governo. Mas como o Sr. Deputado verá, eu gosto de citar os textos que possam ser facilmente entendíveis e aquilo que o Sr. Deputado hoje citou, ficou incompleto. Citou uma frase de uma declaração minha, mas esqueceu o resto, julgo que propositadamente, como é óbvio.

Mas apenas lhe lembro isso, para outra vez quando tiver a bondade de fazer essas citações, pelo menos insira-as no espírito que foram produzidas, por forma a que não se falte à verdade.

Depois as perguntas concretas que foram feitas pelos Srs. Deputados intervenientes, direi que relativamente à matéria dos portos, sobretudo aos portos das Ilhas das Flores e do Corvo, o Sr. Deputado Paulo Valadão, referiu-se à fase seguinte do porto das Flores ou seja o seu apetrechamento. Nós já tivemos oportunidade, e de forma fugaz, de ter uma conversa sobre esta matéria. No entanto tenho muito gosto em repeti-la no Parlamento.

É evidente que o porto depois de construído, só por si não é suficiente. É indispensável dar corpo a determinadas infraestruturas de apoio, designadamente os combustíveis, área de parque de contentores e outras, mas julgo que aí vamos ter necessariamente de contar com o envolvimento da própria iniciativa privada das Flores.

Vamos procurar envolvê-la nas actividades que são complementares aos portos, evidentemente sem excluir a própria gestão do espaço portuário ou seja a operação em si. Isto porque acho que temos de envolver nestas matérias, todas as partes interessadas de modo a que a operação seja o mais rentável possível. Temos uma boa oportunidade para iniciar no porto das Flores uma experiência deste género.

Relativamente ao porto do Corvo e como é do conhecimento do Sr. Deputado, o porto do Corvo está praticamente construído, tendo em conta aquela parte que é construída em terra e transportada posteriormente para o Corvo.

O projecto que vai ser executado é o projecto que está aprovado e o que o Sr. Deputado coloca, isso sim, é uma questão relevante de como se fará a operação do Corvo. Evidentemente, que a operação do Corvo não vai ser feita com o navio que atracar nas Flores.

Portanto, isso está inserido na nova definição que se fará para o transporte inter-ilhas de mercadorias e a seu tempo e na altura da discussão desta matéria, nós havemos de conversar com todas as partes intervenientes e interessadas nesta matéria.

Quanto ao Aeroporto das Flores, a ANA, EP não fez qualquer proposta ao Governo para reduzir ou sair do Aeroporto das Flores.

O Governo não tomará essa iniciativa e é óbvio que não será certamente, pela redução do tipo de equipamento que opera nas Flores que vai provocar uma decisão desta natureza. A redução do equipamento foi por razões que todos conhecem e portanto não pode de maneira nenhuma ser entendível como qualquer acordo que exista entre partes, para tomar uma opção quanto à gestão do Aeroporto das Flores.

Relativamente ao ordenamento do porto de S. Roque e reforço do molhe do porto de Santa Maria, são dois projectos que estão concluídos. Digamos que esta matéria será devidamente, apreciada na altura da elaboração e da discussão no Plano a Médio Prazo.

Quanto à orla marítima das Lajes, é um projecto que está candidatado ao POSEIMA-AMBIENTE. Está na fase de elaboração do projecto de execução e veremos em função do andamento do Programa POSEIMA-AMBIENTE qual a evolução que terá.

Presidente: Srs. Deputados nós terminamos este período reservado para pedidos e prestação de esclarecimentos por parte do Governo.

Estamos em cima da hora regimental do encerramento dos nossos trabalhos e por isso não faria sentido que a dois minutos das oito horas, entrássemos nos debates.

Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e retomá-los-emos amanhã pelas 15.00 horas.

No entanto, gostaria de dizer aos Srs. Deputados, os tempos que restam para amanhã.

O Governo dispõe de 03.41 horas.

O Partido Social Democrata dispõe de 04. 44 horas.

O Partido Socialista dispõe de 03. 54 horas.

O Centro Democrático Social dispõe de 30 minutos.

O Partido Comunista Português dispõe de 24 minutos.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e até amanhã.

(Deputada que entrou durante a Sessão: PSD - Rosa Maria Machado).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Proposta de Resolução

Ao abrigo da alínea n) do artigo 56º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do nº 2 do artigo. 21º do Decreto Regional nº 3/78/A, de 18 de Janeiro, o Governo resolve:

Apresentar à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para efeitos de apreciação e aprovação, nos termos da Lei, a Conta da Região Autónoma dos Açores respeitante a 1991, cujos mapas síntese constituem os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, que fazem parte integrante da presente Resolução.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 8 de Setembro de 1992.

O Presidente do Governo, João Bosco Mota Amaral.

Relatório e Parecer da Comissão Permanente de Organização e Legislação sobre a verificação de poderes do candidato não eleito na lista do Partido Social Democrata, pelo círculo eleitoral da Ilha de S. Jorge, Manuel Gil Berquó Ávila.

A Comissão Permanente de Organização e Legislação, reunida na sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta no dia 17 de Novembro de 1992, para dar parecer sobre a verificação de poderes do candidato não eleito pela lista do Partido Social Democrata, no círculo da ilha de S. Jorge. Manuel Gil Berquó Ávila., emite, nos termos da alínea a) do artigo 57º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional, o seguinte parecer:

1. Face ao pedido de suspensão do mandato do Sr. Deputado Mark Silveira Marques, a Comissão verificou que o candidato não eleito na respectiva lista do Partido Social Democrata é o Senhor Manuel Gil Berquó Ávila., pelo que a Assembleia Legislativa Regional deve verificar os poderes do respectivo candidato.

2. Examinada a elegibilidade do candidato não eleito, agora chamado a substituir o Deputado que pediu a suspensão do seu mandato, e de acordo com a lista definitiva admitida pelo Tribunal competente e examinada a acta do apuramento geral, a Comissão é de parecer que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores deverá verificar os poderes do seguinte candidato:

Pelo círculo eleitoral da ilha de S. Jorge, do Partido Social Democrata:

Manuel Gil Berquó Ávila.

Horta, 17 de Novembro de 1992.

Aprovado por unanimidade, em 17 de Novembro de 1992.

O Relator, António Manuel da Silva Melo.

O Presidente, *Carlos Manuel da Cunha Mendonça*

A Redactora de 2ª classe: *Ana Cristina Bettencourt Marcelino*